

Diário do Legislativo de 04/11/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PMN-PR-)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PMDB - PT - PCdoB:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão (PT) e Vanderlei Miranda (PMDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV--PPS-PSC-PSB-PSL)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Ruy Muniz

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP), Neider Moreira (PPS) e Delvito Alves (PTB)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros	BPS	Presidente
Deputado Ivair Nogueira	PMDB-PT-PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Domingos Sávio	BSD	
Deputado Lafayette de Andrada	BSD	
Deputado Neider Moreira	BPS	
Deputado Padre João	PMDB-PT-PCdoB	
Deputado Elmiro Nascimento	DEM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Franco	Inácio BPS
Deputado Abramo	Gilberto PMDB-PT-PCdoB
Deputado Sawan	Fahim BSD
Deputado Torres	Mauri BSD
Deputado Borges	Wander BPS
Deputado Quintão	André PMDB-PT-PCdoB
Deputado Alves	Delvito BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília Ferramenta	PMDB-PT-PCdoB	Presidente
-----------------------------------	---------------	------------

Deputado PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente
Paulo Guedes

Deputado BSD
Ademir Lucas

Deputado BPS
Wander Borges

Deputado PDT
Doutor Ronaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir PMDB-PT-PCdoB
Paraca

Deputada Maria PMDB-PT-PCdoB
Tereza Lara

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Doutor BPS
Rinaldo

Deputado Carlos PDT
Pimenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Dalmo Ribeiro Silva

Deputado BPS Vice-Presidente
Chico Uejo

Deputado BPS
Ronaldo Magalhães

Deputado BPS
Sebastião Costa

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Padre João

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Gilberto Abramo

Deputado BSD
Delvito Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Malheiros Délio BPS

Deputado Moreira Célio BSD

Deputado Moreira Neider BPS

Deputado Quintão André PMDB-PT-PCdoB

Deputado Júlio Antônio PMDB-PT-PCdoB

Deputado Valadares Gustavo DEM

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia Brandão BPS Presidente

Deputado Juninho Araújo BSD Vice-Presidente

Deputado Getúlio Neiva PMDB-PT-PCdoB

Deputado Paulo Guedes PMDB-PT-PCdoB

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Veneroso Rômulo BPS

Deputado Sávio Domingos BSD

Deputado Miranda Vanderlei PMDB-PT-PCdoB

Deputado PDT

Deputado Fabiano Dimas PP

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes PMDB-PT-PCdoB Presidente

Deputado BPS Vice-Presidente
Délio
Malheiros

Deputado BSD
Walter
Tosta

Deputado BSD
Leonardo
Moreira

Deputado PP
Gil Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio PMDB-PT-PCdoB
Souza Cruz

Deputado Tiago BPS
Ulisses

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro

Deputado Delvito BSD
Alves

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Durval
Ângelo

Deputado BSD
Fahim Sawan

Deputado BPS
Antônio
Genaro

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Vanderlei
Miranda

Deputado BSD
Delvito Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria PMDB-PT-PCdoB
Tereza Lara

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputada Gláucia BPS
Brandão

Deputado Gilberto PMDB-PT-PCdoB
Abramo

Deputado Ruy Muniz DEM

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado DEM Presidente
Ruy Muniz

Deputado BSD Vice-Presidente
Deiró
Marra

Deputado BSD
Dalmo
Ribeiro

Deputada BPS
Gláucia
Brandão

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlin
Moura

MEMBROS SUPLENTEs:

Deputado Delvito BSD
Alves

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputada Rosângela BPS
Reis

Deputado Adelmo PMDB-PT-PCdoB
Carneiro Leão

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Zé Maia

Deputado DEM Vice-Presidente
Jayro
Lessa

Deputado BSD
Lafayette
de
Andrada

Deputado BPS
Inácio
Franco

Deputado BPS
Juarez
Távora

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Adelmo
Carneiro
Leão

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Antônio
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo BSD
Moreira

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Carlos BPS
Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André Quintão PMDB-PT-PCdoB

Deputado Ivair Nogueira PMDB-PT-PCdoB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente
Fábio
Avelar

Deputado PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente
Sávio
Souza
Cruz

Deputado BSD
Irani
Barbosa

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Almir
Paraca

Deputado PP
Gil Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Adalclever PMDB-PT-PCdoB
Lopes

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Carlos PMDB-PT-PCdoB
Gomes

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Sávio
Souza
Cruz

Deputado DEM Vice-Presidente
Gustavo
Valadares

Deputado BSD
Rêmolo
Aloise

Deputado BSD
Célio
Moreira

Deputado BPS
Tiago
Ulisses

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever PMDB-PT-PCdoB
Lopes

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Ronaldo BPS
Magalhães

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Wander BPS
Borges

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
André
Quintão

Deputado BSD Vice-Presidente
Eros
Biondini

Deputado BSD
João Leite

Deputado BSD
Duarte
Bechir

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlin
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PMDB-PT-PCdoB

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Fáblio BPS
Avelar

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB-PT-PCdoB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PP Presidente
Vanderlei Jangrossi

Deputado BPS Vice-Presidente
Antônio Carlos Arantes

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado BPS
Chico Uejo

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlos Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Inácio Franco BPS

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputada Cecília PMDB-PT-PCdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Braulio
Braz

Deputado BPS Vice-Presidente
Ronaldo
Magalhães

Deputada BSD
Ana Maria
Resende

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Gilberto
Abramo

Deputado PP
Dimas
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB-PT-PCdoB

Deputado Pinduca PP
Ferreira

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Doutor BPS
Rinaldo

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputado Doutor PDT
Ronaldo

Deputado Rêmoló BSD
Aloise

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
João Leite

Deputada PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente
Maria
Tereza
Lara

Deputado BPS
Rômulo
Veneroso

Deputado PDT
Tenente
Lúcio

Deputado PP
Pinduca
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval PMDB-PT-PCdoB
Ângelo

Deputado Sebastião BPS
Costa

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada BPS Presidente
Rosângela
Reis

Deputado BSD Vice-Presidente
Walter Tosta

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Ivair
Nogueira

Deputado DEM
Elmiro
Nascimento

Deputada PMDB-PT-PCdoB
Cecília
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Djalma BPS
Diniz

Deputado Ronaldo BPS
Magalhães

Deputado Getúlio PMDB-PT-PCdoB
Neiva

Deputado Duarte BSD
Bechir

Deputado André PMDB-PT-PCdoB
Quintão

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado DEM Presidente
Gustavo Valadares

Deputado BPS Vice-Presidente
Djalma Diniz

Deputado BSD
Irani Barbosa

Deputado BSD
Rêmolo Aloise

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Adalclever Lopes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Juarez BPS
Távora

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Juninho BSD
Araújo

Deputado Sávio PMDB-PT-PCdoB
Souza Cruz

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT Presidente
Tenente Lúcio

Deputado BSD Vice-Presidente
Eros
Biondini

Deputado BPS
Fábio
Avelar

Deputado BPS
Antônio
Carlos
Arantes

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlos
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Alencar da PDT
Silveira Jr.

Deputado Zezé PDT
Perrella

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputada Cecília PMDB-PT-PCdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente
Sebastião
Costa

Deputado PDT Vice-Presidente

Deputado BSD
Luiz
Humberto
Carneiro

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Gilberto
Abramo

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Padre João

Deputado DEM
Gil Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Antônio Júlio PMDB-PT-PCdoB

Deputado
Ângelo

Durval PMDB-PT-PCdoB

Deputado
Fabiano

Dimas DEM

Ouvidor Parlamentar: Wander Borges

SUMÁRIO

1 - RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

2 - ATAS

2.1 - 78ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2.2 - 79ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2.3 - Reunião de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

Adalclever Ribeiro Lopes (PMDB)

* Adalclever Lopes

Adelmo Carneiro Leão (PT)

* Adelmo Carneiro Leão

Ademir Lucas Gomes (PSDB)

* Ademir Lucas

Alberto Pinto Coelho Júnior (PP)

* Alberto Pinto Coelho

Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)

* Alencar da Silveira Jr.

Almir Paraca Cristovão Cardoso (PT)

* Almir Paraca

Ana Maria Resende Vieira (PSDB)

* Ana Maria Resende

André Quintão Silva (PT)

* André Quintão

Antônio Carlos Arantes (PSC)

* Antônio Carlos Arantes

Antônio Genaro Oliveira (PSC)

* Antônio Genaro

Antônio Júlio de Faria (PMDB)

* Antônio Júlio

Antônio Rinaldo Valério (PSL)

* Doutor Rinaldo

Arlen de Paulo Santiago Filho (PTB)

* Arlen Santiago

Braulio José Tanus Braz (PTB)

* Braulio Braz

Carlos Eduardo Venturelli Mosconi (PSDB)

* Carlos Mosconi

Carlos Gomes Sampaio de Freitas

* Carlos Gomes (PT)

Carlos Magno de Moura Soares (PCdoB)

* Carlin Moura

Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PDT)

* Carlos Pimenta

Célio de Cássio Moreira (PSDB)

* Célio Moreira

Dalmo Roberto Ribeiro Silva (PSDB)

* Dalmo Ribeiro Silva

Deiró Moreira Marra (PR)

* Deiró Marra

Délio de Jesus Malheiros (PV)

* Délio Malheiros

Delvito Alves da Silva Filho (PTB)

* Delvito Alves

Dimas Fabiano Toledo Junior (PP)

* Dimas Fabiano

Dinis Antônio Pinheiro (PSDB)

* Dinis Pinheiro

Djalma Florêncio Diniz (PPS)

* Djalma Diniz

Domingos Sávio Campos Resende (PSDB)

* Domingos Sávio

Durval Ângelo Andrade (PT)

* Durval Ângelo

Edy Araújo Júnior (PTB)

* Juninho Araújo

Elmiro Alves do Nascimento (DEM)

* Elmiro Nascimento

Eros Ferreira Biondini (PTB)

* Eros Biondini

Fábio Lúcio Rodrigues Avelar (PSC)

* Fábio Avelar

Fahim Miguel Sawan (PSDB)

* Fahim Sawan

Francisco Takeshi de Souza Uejo (PSB)

* Chico Uejo

Getúlio Afonso Porto Neiva (PMDB)

* Getúlio Neiva

Gilberto Aparecido Abramo (PMDB)

* Gilberto Abramo

Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes (PP)

* Gil Pereira

Gustavo da Cunha Pereira Valadares (DEM)

* Gustavo Valadares

Hely Tarquínio (PV)

* Hely Tarquínio

Inácio Franco (PV)

* Inácio Franco

Irani Vieira Barbosa (PSDB)

* Irani Barbosa

Ivair Nogueira do Pinho (PMDB)

* Ivair Nogueira

Jayro Luiz Lessa (DEM)

* Jayro Lessa

João Carlos Siqueira (PT)

* Padre João

João Leite da Silva Neto (PSDB)

* João Leite

José Alves Viana (DEM)

* Doutor Viana

José de Freitas Maia (PSDB)

* Zé Maia

José Henrique Lisboa Rosa (PMDB)

* José Henrique

José Perrella de Oliveira Costa (PDT)

* Zezé Perrella

Juarez Távora de Freitas Júnior (PV)

* Juarez Távora

Lafayette Luiz Doorgal de Andrada (PSDB)

* Lafayette de Andrada

Leonardo Fernandes Moreira (PSDB)

* Leonardo Moreira

Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

* Luiz Humberto Carneiro

Luiz Savio de Souza Cruz (PMDB)

* Sávio Souza Cruz

Maria Cecília Ferreira Delfino (PT)

* Cecília Ferramenta

Maria Gláucia Costa Brandão (PPS)

* Gláucia Brandão

Maria Tereza Lara (PT)

* Maria Tereza Lara

Mauri José Torres Duarte (PSDB)

* Mauri Torres

Nacib Duarte Bechir (PMN)

* Duarte Bechir

Neider Moreira de Faria (PPS)

* Neider Moreira

Paulo José Carlos Guedes (PT)

* Paulo Guedes

Pedro Ivo Ferreira Caminhas (PP)

* Pinduca Ferreira

Rêmolo Aloise (PSDB)

* Rêmolo Aloise

Romulo Victor Pinheiro Veneroso (PV)

* Rômulo Veneroso

Ronaldo Lage Magalhães (PV)

* Ronaldo Magalhães

Ronaldo João da Silva (PDT)

* Doutor Ronaldo

Rosângela de Oliveira Campos Reis (PV)

* Rosângela Reis

Ruy Adriano Borges Muniz (DEM)

* Ruy Muniz

Sebastião Costa da Silva (PPS)

* Sebastião Costa

Sérgio Lúcio de Almeida (PDT)

* Tenente Lúcio

Tiago Ulisses de Castro e Oliveira (PV)

* Tiago Ulisses

Vanderlei Andrade Miranda (PMDB)

* Vanderlei Miranda

Vanderlei Ricardo Jangrossi(PP)

* Vanderlei Jangrossi

Walter da Rocha Tosta (PMN)

* Walter Tosta

Wander José Goddard Borges (PSB)

* Wander Borges

Washington Fernando Rodrigues (PDT)

* Sargento Rodrigues

Weliton Fernandes Prado (PT)

* Weliton Prado

Em 20/10/2009

Observação: nome parlamentar indicado por asterisco.

Republicada em virtude do disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.

ATAS

ATA DA 78ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 27/10/2009

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Padre João; discursos dos Deputados Padre João, Carlin Moura, Vanderlei Miranda, Antônio Júlio, Alencar da Silveira Jr., Domingos Sávio, Zé Maia, Adelmo Carneiro Leão, Lafayette de Andrada, João Leite e Dalmo Ribeiro Silva; votação do requerimento; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.827/2008; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 3.841/2009; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.968/2009; aprovação com as Emendas nºs 1 a 10 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.035/2009; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno - Declarações de voto - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, pois não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Padre João solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que os Projetos de Lei nºs 2.968 e 3.035/2009 sejam apreciados, nessa ordem, logo após o Projeto de Resolução nº 3.841/2009. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Padre João.

O Deputado Padre João - Obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de encaminhar o requerimento, explicando aos colegas o propósito inicial do Bloco PT-PCdoB e PMDB, que, na verdade, era de não votar nenhum projeto, para entrarmos em um processo de obstrução, em solidariedade e respeito aos Agentes Penitenciários.

Tenho em mãos duas portarias, que entendemos serem arbitrárias e autoritárias, pois suspendem mais de 250 agentes efetivos. Na verdade, inicialmente, estariam demitindo em um processo de negociação e de entendimento, que consideram ser uma suspensão preventiva, simplesmente em razão de uma paralisação de dois dias, justa e legítima, para reivindicar do governo conquistas como vale-transporte e vale-refeição, que lhes foram retiradas, apesar de serem direito adquirido.

A segunda portaria prevê a rescisão dos contratos de prestação de serviço temporário. Isso é o maior desrespeito.

É importante prestarmos esta satisfação aos Agentes Penitenciários; porém, em respeito aos também servidores públicos do Tribunal de Justiça, achamos por bem votar esses projetos. Não temos dúvida de que é um consenso entre o PT-PCdoB e PMDB não votar nenhum projeto do Governador, enquanto ele não revir a posição e o tratamento que vêm sendo dados aos Agentes Penitenciários. Nesse sentido, esse requerimento solicita uma inversão de pauta, a fim de nos possibilitar votar esse projeto. Em primeiro lugar, votaremos o projeto do Deputado Dalmo, porque já está em processo de votação. Temos disposição de votar os demais que estão em discussão, até mesmo o projeto da URV,

que beneficia os servidores da Casa.

Encaminhamos, assim, de maneira breve esse requerimento. Dessa forma, estamos não somente em solidariedade, mas também em ação favorável aos Agentes Penitenciários. Abominamos essa postura do governo do Estado. É inadmissível servidores efetivos estarem suspensos, pois a greve é direito deles. Paralisaram dois dias. Foram, aliás, muito disciplinados. Tão logo saiu a decisão da Justiça, retomaram os postos de trabalho, só não regressaram os que estão impedidos, os que não estão sendo acolhidos. Então, é um grande desrespeito da Secretaria de Defesa Social a esses servidores.

Denunciamos ainda, Sr. Presidente, a irresponsabilidade da Secretaria de Defesa Social em colocar no lugar dos servidores - pessoas já qualificadas, capacitadas para desenvolver um trabalho árduo, difícil, delicado, que é cuidar do sistema prisional - pessoas sem nenhuma preparação, que estão sendo admitidas por meio de currículo e entrevista. Isso é outro ato de irresponsabilidade. Assim, a Secretaria de Defesa Social está desencadeando várias ações irresponsáveis.

Peço, então, a atenção dos colegas Deputados para essa questão, e deixamos aqui também a nossa disposição de, com quórum, apreciar esses projetos já mencionados. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, aproveitamos a presença dos servidores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG -, para que entendam o momento gravíssimo por que passa Minas Gerais. A nossa bancada, o Bloco PMDB-PT-PCdoB, compreende a importância de votar o adicional de desempenho desses servidores. Na hora certa, vamos votá-lo, de preferência hoje. No entanto, queremos deixar um recado bem claro, qual seja a nossa solidariedade com os Agentes Penitenciários presentes aqui neste Plenário. Não queremos que o que está ocorrendo com esses servidores vire regra geral e passe a ocorrer com todos os servidores públicos deste Estado. A Portaria nº 73, assinada pelo Sr. Genilson Ribeiro Zeferino, Subsecretário de Administração Prisional de Minas Gerais, é uma verdadeira aberração. Por meio de uma portaria, suspendem-se sumariamente servidores efetivos do Estado, simplesmente porque eles ousaram defender melhoras de condições salariais e de trabalho.

Da mesma forma, Sr. Presidente, a Portaria nº 72, de 19/10/2009, também assinada pelo Subsecretário Genilson Ribeiro Zeferino, demite sumariamente, promove a rescisão dos contratos dos Agentes Penitenciários. Foram quase 600 trabalhadores demitidos ou suspensos de suas atividades em virtude de um legítimo movimento de defesa das condições salariais e de trabalho. Essa portaria, Sr. Presidente, rasga, joga por terra uma recente lei aprovada aqui na Assembleia Legislativa de Minas.

Parece-me que o Subsecretário não respeita leis. A Lei nº 18.185, aprovada por nós, determina que as infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado, nos termos dessa lei, serão apuradas mediante sindicância a ser concluída em até 30 dias. Não se admite a suspensão sumária, não se admite a rescisão dos contratos de trabalho. Estão rasgando a lei em Minas Gerais.

Então, em solidariedade aos Agentes Penitenciários, o ideal seria que não votássemos nada nesta Casa enquanto a Secretaria de Defesa Social não os respeitasse. Respeitar os Agentes Penitenciários é também respeitar o povo de Minas Gerais, porque cada Agente aqui presente, para exercer a sua função, teve de passar por um treinamento e um curso de especialização. Vários deles têm muitos anos de serviços prestados ao Estado de Minas Gerais, mas hoje foram sumariamente demitidos.

E quem será colocado no lugar dos demitidos? Você, vizinho da Penitenciária Nelson Hungria ou do presídio de Francisco Sá ou de Neves ou de Governador Valadares ou de Juatuba, pergunte quem eles estão colocando dentro da penitenciária. Qual critério está sendo utilizado para substituir essa mão de obra especializada que foi sumariamente demitida? Quem são as pessoas que estão lá vigiando os presos? Hoje recebi, Sr. Presidente, um "e-mail" que me estarreceu. Disseram-me que, basta enviar um currículo por "e-mail" e ter aval de algum "amigo do rei", para se obter um emprego para substituir um Agente Penitenciário devidamente habilitado. Isso coloca em risco a segurança do povo de Minas Gerais.

Então, em vez de ficar demitindo Agente Penitenciário e suspendendo o contrato de trabalho, deve haver negociação com essa categoria. Devem sentar-se em uma mesa, negociar e suspender imediatamente essas duas portarias, porque elas são absolutamente inconstitucionais, ilegais e desrespeitosas. Em solidariedade aos Agentes Penitenciários, vamos hoje votar o adicional de desempenho, mas esperamos, senhores servidores, que vocês tenham essa compreensão e sejam todos solidários a um movimento legítimo de defesa das melhoras das condições salariais.

Assim, encaminhamos a inversão da pauta para que seja votado o adicional de desempenho e atendido esse também apavorado Deputado Alencar da Silveira Jr. Aliás, vamos até votar o seu projeto do fumo, para acabarmos com o fumo, mas o mais importante é a solidariedade aos Agentes Penitenciários de Minas Gerais e a sua defesa.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Vanderlei Miranda.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, em nome do Bloco PMDB-PT-PCdoB, quero trazer também a nossa palavra de solidariedade aos companheiros Agentes Penitenciários e dizer que fui dono de empresa por muitos anos. Como dono de empresa, depois da primeira vez em que forneci vale-transporte e cesta básica, nunca mais, pela lei, pude deixar de oferecê-los, porque isso tornou-se direito adquirido. O governo do Estado não está respeitando um direito adquirido. Cortou o vale-alimentação e o vale-transporte dos Agentes Penitenciários, como se não bastasse a fragilidade deles, por serem em sua maioria contratados. Dos 12 mil Agentes Penitenciários, menos de 2 mil, pouco mais de 10%, são concursados. Desse mais ou menos 500 Agentes punidos por essas duas portarias, 200 e poucos são concursados e mais de 300 são contratados. E foi-lhes negado o direito à greve, o direito de reivindicar. O PMDB não pode concordar com isso, e é por essa razão que se une ao Bloco PT-PCdoB em defesa dos companheiros e companheiras Agentes Penitenciários.

Quero ser breve e não vou usar todo o tempo de que disponho pelo Regimento. Encaminho pela aprovação da inversão da pauta, solicitando aos companheiros do Judiciário, como já foi pedido, que entendam o esforço que o Bloco está fazendo para incluir o projeto deles na pauta de votação de hoje. Na verdade, era para não votarmos nenhum projeto até termos um posicionamento do Secretário Maurício Campos, que se está mostrando irredutível e insensível à causa dos Agentes Penitenciários. Esperamos que essa posição mude, que seja dado a eles o direito legítimo e democrático de reivindicar através da greve e que essa punição seja retirada, porque é um arbítrio, uma agressão, um desrespeito contra os nossos companheiros trabalhadores, homens e mulheres agentes do sistema penitenciário. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ouvi o discurso dos nossos companheiros do Bloco PMDB-PT-PCdoB e tenho ficado preocupado. Agora mesmo eu disse ao nosso Líder, Deputado Mauri Torres, que esse gesto do Sr. Maurício Campos é um ato de irresponsabilidade. Ele foi irresponsável ao tomar essa atitude de uma forma tão brusca. Sabemos que se implantou uma ditadura em

Minas Gerais e temos dito isso aqui quase que diariamente. Houve a mordada à imprensa e agora também a censura às manifestações.

Estamos correndo um risco muito grande com essa situação, porque estamos lidando com segurança pública. O governo do Estado está brincando com segurança pública. Não existe em Minas Gerais uma segurança realmente efetiva, justamente por causa dessas atitudes que o Sr. Maurício Campos está tomando. O sistema está falido. Se verificarmos a situação da Polícia Civil, ela está acabando no interior. Se analisarmos a situação da Polícia Militar, veremos que também não está trabalhando. Agora ele está mexendo com os Agentes Penitenciários, área em que há um gargalo do governo, que é a questão das penitenciárias, dos presídios. As cadeias continuam superlotadas, cheias de problemas. Como ele pode abdicar de uma mão de obra já qualificada? Estão colocando qualquer pessoa lá, de qualquer forma, por indicação, para ocupar o espaço criado pelos agentes públicos.

Mas esse até não é o maior problema, Presidente. Essa situação pode desencadear um movimento muito maior. Estou revendo o quadro de quando a Polícia Militar de Minas Gerais entrou em greve e houve aquele tumulto que enfrentamos na época do governo Eduardo Azeredo. É o mesmo quadro que nos é apresentado hoje. Havia a possibilidade de que isso acontecesse quando o governo quis dar aumento apenas aos coronéis. A tropa mostrou-se insatisfeita. O governo não reconheceu a insatisfação, quis levar na porrada, na força, e houve aquela greve, inclusive com morte de nossos companheiros da Polícia Militar. Houve demissões também, depois houve a anistia. E é o que vai acontecer.

Alerto esse governo porque, infelizmente, nem sei se o Governador Aécio Neves sabe dessa situação. Ninguém leva essas informações, que são perigosas, ao governo. Como pode um Secretário de Estado tomar uma decisão dessas sozinho? E dizem que ninguém quer mexer com ele porque é o todo-poderoso, porque não pode mexer. Ao fazer essa demissão em massa já é passar dos limites. Será que, quando a Secretaria de Educação entrar em greve, ele vai demitir todo o mundo? Será que, se houver greve na Secretaria de Saúde, vão demitir todo o mundo? A insatisfação do funcionalismo público é muito grande. A insatisfação do funcionalismo está no limite da tolerância com esse governo autoritário que se plantou em Minas Gerais. Como ele tem uma grande aprovação, acha que pode fazer o que bem entende, até desrespeitando o direito das pessoas.

Falei ao Líder Deputado Mauri Torres sobre o quadro que vemos. Na semana passada, a Polícia Civil parou por 24 horas. Por que ele não demitiu os Detetives e Delegados que paralisaram suas atividades? Por quê? Pegaram os mais fracos, os que têm contrato que não prevê nenhum direito, nenhuma garantia. Estavam reivindicando até o direito à efetivação. Há uns problemas legais nisso, constitucionais, mas eles têm o direito de requerer. O governo sabe que há formas para resolver o problema, e não é com a ditadura. Já conhecemos a ditadura na imprensa. Agora, ditadura por meio de autoritarismo com demissão em massa já é passar dos limites. Será que, quando a Secretaria de Educação entrar em greve, ele vai demitir todo o mundo? Será que, se houver greve na Secretaria de Saúde, vão demitir todo o mundo? A insatisfação do funcionalismo público é muito grande. A insatisfação do funcionalismo está no limite da tolerância com esse governo autoritário que se plantou em Minas Gerais. Como ele tem uma grande aprovação, acha que pode fazer o que bem entende, até desrespeitando o direito das pessoas.

Precisamos tomar uma providência. A Assembleia precisa ter a responsabilidade de tentar criar uma saída para essa demissão em massa dos Agentes Penitenciários por causa de uma manifestação. Temos o direito, a obrigação e a responsabilidade, porque isso pode tomar um rumo que não sabemos qual é.

Deputado Hely Tarquínio, há um tempo tivemos um problema um pouco diferente. Era uma briga da Assembleia e do governo do Estado com o Poder Judiciário. Numa reunião sob a Presidência do Deputado Mauri Torres, o Judiciário queria fazer greve também. Queriam fazer uma passeata porque era necessário fazer uma mudança na Constituição. Nós cometemos um erro que precisava ser reparado. A Assembleia, por meio do governo, insistia em não mudar. Quando se reuniram na sala do Presidente Deputado Mauri Torres, estavam se programando para vir à Assembleia e daqui sair em passeata até o Palácio da Liberdade. Eu alertei o próprio governo do Estado de que, se isso acontecesse, não saberíamos dizer como seria o encerramento da manifestação feita por Juizes de Direito do interior, que chegaram a fazer uma grande mobilização em Betim. Mostrei que não poderíamos, em hipótese alguma, permitir que aquilo acontecesse. Seria um problema que criaríamos para o governo do Estado e para Minas Gerais. Sempre digo o seguinte: todo o mundo sabe como a greve começa, mas ninguém sabe como termina. Presidente, dou esse exemplo para alertar o governo, para alertar o Deputado Mauri Torres, para alertar o Governador Antonio Anastasia, que é Vice-Governador, mas é o gestor da administração. Vice-Governador, tome cuidado. Não deixe que essas atitudes irresponsáveis manchem o bom governo de Aécio Neves. Ele fez um bom governo, mas, na parte administrativa do Estado, tem sido um desastre.

Estamos aprovando um adicional de desempenho com o qual não concordo. Ele cria dificuldades para as pessoas na hora da aposentadoria, pois é isso o que vai acontecer. Não sabemos nem dimensionar o tamanho do passivo trabalhista que estamos criando para o Estado. Ficam criando fórmulas para aumentar o salário ou dar uma melhor remuneração, mas essas parcelas poderiam ser incorporadas ao salário num primeiro momento.

Então, quanto ao movimento de greve que culminou na demissão dos companheiros Agentes Penitenciários, vejo que a Assembleia tem que ter a responsabilidade de intermediá-lo, porque pode ser desencadeada uma grande confusão em Minas Gerais no setor de segurança pública. Não precisa achar o governo que os Agentes demitidos estão sozinhos nessa luta: está faltando apenas alguém para pôr fogo. Além do mais, os Agentes que continuam trabalhando com certeza estão solidários com aqueles que perderam o emprego. Por isso pode ser desencadeada uma grande confusão. Então, temos que estar em alerta, temos que estar preparados.

Portanto, Sr. Presidente, votamos favoravelmente ao requerimento do Deputado Padre João, pela inversão da pauta, mas deixo o nosso alerta. Sei que muitos não concordam com a minha palavra, mas não há problema: não deixarei de alertá-los sobre o que pode acontecer em Minas Gerais, se não houver uma conciliação em relação ao ato praticado pelo Sr. Maurício Campos, um ato irresponsável, irresponsável, irresponsável - vou falar três vezes para que não haja dúvida. Irresponsável porque ele não analisou as consequências do seu ato; se o tivesse feito, tentaria uma conciliação, uma conversa. No regime democrático, não é apenas na base da canetada, do autoritarismo que resolveremos a situação. E sabemos que não sairá uma linha sobre esse movimento na imprensa, porque a imprensa está amordaçada, existe censura. Mas eles estão aqui porque aqui têm voz e serão ouvidos.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Alencar da Silveira Jr.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, gostaria de dizer que conheço bem esta Casa, pois há 16 anos trabalho aqui. Então, pedi aos Deputados que me antecederam que deixassem para se manifestarem na declaração de voto e votar o requerimento, porque eu já sabia o que aconteceria. O PDT está aqui hoje para votar favoravelmente ao projeto. Há outros projetos em pauta, aliás um de minha autoria - a imprensa está aqui para nos acompanhar, há muito a estamos vendo -, que diz respeito ao antifumo em Belo Horizonte, em Minas Gerais.

Portanto, os companheiros precisam saber uma coisa: o que foi feito, o que foi jogado para a plateia cria ânimos e, por isso, agora, os companheiros do governo farão a sua defesa. Assim, faço um apelo: que a Oposição escute; deixe vencer o prazo, mas permaneça no Plenário para que possamos votar o projeto. Caso contrário, Sr. Presidente, na hora em que a Situação fizer a sua manifestação, começará um bate-boca que não levará a nada. Os companheiros das galerias devem entender que o mais importante aqui é votar o projeto e, depois, na declaração de voto, os Deputados fazerem as discussões. Não adianta ficarmos aqui cutucando, cutucando, porque - e todos sabem - caldeirão também tem tempo e ninguém aguentará. Faço esse apelo: que discutamos o projeto, os Deputados da Situação e os da Oposição, mas que todos fiquem no Plenário para que possamos, Deputado Carlin, votar esse projeto com mais urgência, senão iremos empurrá-lo para amanhã, às 9 horas; de 9 horas para as 4 horas da tarde; e só ficamos assim, nessa discussão. Faço esse apelo em nome do PDT a todos os Deputados:

que ouçamos a Situação, mas que também votemos o projeto esta noite. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Domingos Sávio.

O Deputado Domingos Sávio* - Sr. Presidente, serei breve. Ouvimos tantas vezes aqui a palavra "responsabilidade", ou melhor, "irresponsabilidade", o que nos remete ao principal exercício do porquê estarmos aqui.

Temos uma responsabilidade com o povo mineiro, e eu nunca fugi à minha responsabilidade, mesmo nos momentos muito difíceis ou quando podia ser incompreendido. Mas tenho as minhas responsabilidades, e a categoria que aqui está é testemunha de que não só eu, mas vários colegas, votamos uma série de benefícios e avanços para a carreira do Agente Penitenciário. A começar pela carreira, que não existia. Sabemos que muito ainda tem que ser feito e temos consciência e responsabilidade para conduzir esse processo. Entendo que isso se conduz com diálogo, com a busca do entendimento, com o respeito. As observações feitas aqui exigem que eu me manifeste, sob pena de ser omisso. Poderia até ficar muito bem com alguns que estão com os ânimos mais exaltados, revoltados, mas não ficaria bem com a minha consciência e com a minha responsabilidade se estivesse nesta Casa, representando o povo mineiro, acompanhando cada ação, tanto de governo como da oposição. Acima de tudo, procuro estar ao lado da verdade.

É preciso esclarecer alguns detalhes, senão a verdade ficará comprometida. Primeiro, quando se coloca a questão de responsabilidade ou irresponsabilidade, é preciso ponderar algumas coisas. Não faço aqui acusação a nenhum cidadão de maneira pontual, mas houve episódios que podem ter fugido ao controle daqueles que queriam fazer a sua livre e justa manifestação. Vi as fotos, tenho-as em meu gabinete, assim como vários outros colegas Deputados. Até quem veio falar uma palavra mais dura contra o governo sabe disso. Tivemos situações em que vidas humanas, de Agentes Penitenciários e daqueles que estão sob a guarda e responsabilidade do Estado, os presos, foram colocadas em situação de alto risco. Temos fotos e filmes apresentando isso de forma muito clara, o que exigia uma ação responsável para controlar a situação. Temos fotos e documentos claros, por exemplo, da Penitenciária Nelson Hungria e de penitenciárias que foram reformadas recentemente, com o dinheiro do povo, em situação de destruição quase total. Pior, Sr. Presidente, com as grades já a beira de serem rompidas e, pela situação de greve parcial, com um grupo pequeno de Agentes sem condições adequadas para se defender e que poderia ficar sujeito à agressão dos presos, caso eles rompessem as grades.

E se essas vidas humanas fossem tiradas, vidas de Agentes Penitenciários - nem todos estavam do lado de fora, havia alguns lá dentro -, se eles fossem mortos, num motim que já estava à beira de não ser controlado? E se essa situação se descontrolasse e Minas Gerais hoje fosse cenário de um banho de sangue, com fotos comprovando isso vistas pelo mundo inteiro mundo inteiro? Aí alguém iria achar que era responsável, ou iriam dizer que era irresponsabilidade?

Da mesma forma, Sr. Presidente, quem insufla, quem joga para a plateia, muitas vezes, nessa hora, deveria fazer uma reflexão com consciência e pensar que pais de família estão desempregados, alguns com contrato temporário, e foram insuflados a entrar num processo de greve. Muitas vezes, os que insuflaram não terão uma palavra de entendimento para defender, mas eu tenho. Tenho uma palavra de entendimento e acho que só há uma possibilidade de resolver a situação: com entendimento. No entanto, há figuras infiltradas no movimento dizendo-se defensores dos Agentes, que querem combater covardemente o governo, com mentiras e agressões, e acabam gerando demissão de trabalhadores sérios, numa atitude meramente eleitoreira no processo de aproximação de eleição.

Mas existem milhares e milhares de cidadãos mineiros que esperam do governo atitude responsável, de preservação da vida, como foi a atitude do Secretário de Defesa Social e como tem sido a atitude do Governador.

Sr. Presidente, continuo o raciocínio, com todo o respeito ao ambiente democrático, mas tendo coragem e responsabilidade para dizer a verdade. Quando o Governador assumiu o governo do Estado, não havia plano de carreira para Agente.

Não havia sequer, Presidente, 10% do número de profissionais que há hoje. Houve um crescimento, e milhares desses contratados não tinham emprego algum.

Eu mesmo recebi centenas de pessoas pedindo ajuda, dizendo que precisavam do emprego. Eu lhes respondia que estava havendo uma seleção; e o governo, mesmo ainda não tendo tido oportunidade de realizar concurso, estava fazendo seleção, treinamento, e realizará concurso, como a lei manda.

Lutamos para melhorar e estruturar a carreira de Agente Penitenciário, e o governo saiu de um número de cinco mil e poucas vagas, no sistema penitenciário, para mais de 20 mil - um único Governador. E, obviamente, contratou milhares de Agentes Penitenciários, gerou emprego, estruturou todo um sistema que não existia. Aí, vem um grupo fazendo literalmente politicagem, insuflando de forma irresponsável esses profissionais, profissionais sérios, Agentes Penitenciários sérios, contratados ou concursados, o que gerou, em alguns lugares, uma greve que colocou em risco a vida de seres humanos. Depois, vêm jogar para a plateia, dizer que o que aconteceu é um absurdo, uma covardia, como se isso fosse resolver o caso daquele que perdeu o emprego. Meu gabinete está de portas abertas para discutir esses assuntos de forma responsável. Mas tem gente que está gritando, que está vaiando, e que não quer entendimento, porque aqui se encontram de forma eleitoreira, financiada por partido ou por estrutura sindical que já está em campanha eleitoral. Quer, simplesmente, agredir a imagem do Governador Aécio Neves, e faz isso sacrificando a carreira dos Agentes, inviabilizando uma negociação séria, educada, respeitosa, patriótica, democrática, como foram as negociações que geraram o plano de carreira dos Agentes aqui aprovado, os avanços no contrato temporário, também aqui aprovados.

Nunca fugi do debate. Podem trazer pessoas encomendadas para vaiar o governo que não fugirei. Mas pensem bem se vocês não estão sendo usados. Pensem se quem insuflou vocês é o responsável pelo risco de perderem o emprego. E avaliem bem se não é quem tem a coragem de falar a verdade que pode ajudá-los a negociar. Será que alguém que agride o Governador, agride o Secretário de Estado, vai ajudá-los a negociar alguma coisa? Ou está só jogando para a plateia e piorando a situação de vocês? Resposta daqueles que não querem o acordo é simplesmente vaiar quem defende o governo. Aqueles que já vieram de caso pensado para fazer um processo meramente eleitoreiro, usando uma greve legítima para fazer política eleitoral baixa, política eleitoreira nojenta, fazer acusação falsa, chamar de irresponsável quem tomou atitude para salvar vidas humanas. Não fujo do debate. Temos de defender todos os Agentes Penitenciários, que estão sob o risco de perder o emprego. Devemos defendê-los, e estou pronto para ajudá-los. Mas não com demagogia, não apoiando esse instrumento para agredir o governo, dizendo que ele foi irresponsável. O governo tomou a atitude de salvar vidas e colocar um ponto final em algo que já estava ganhando contornos de mero processo de pressão eleitoreira. Não por culpa dos Agentes, mas por culpa daqueles partidários da Oposição radicalizada, que se infiltraram no processo e no movimento.

Portanto, Sr. Presidente, coloco-me à disposição dos Agentes para dialogar, para negociar de forma respeitosa, porque é assim que se resolve uma situação como esta.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao público presente, e principalmente aos Agentes Penitenciários, respeitando democraticamente a sua ansiedade, que o Deputado tem direito de se manifestar e livre arbítrio para falar o que quiser e deve ser respeitado. Vocês podem se manifestar, desde que o Deputado possa fazer seu pronunciamento. Respeitamos a presença de vocês, mas dentro do espírito da ordem, da disciplina e de maneira coordenada. Portanto, para não perderem o direito de permanecer nas galerias, fazemos essa solicitação

democraticamente. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Zé Maia.

O Deputado Zé Maia* - Sr. Presidente, a cada dia venço-me mais de que qualquer atividade, muito particularmente no Parlamento, não deve ser motivada nem pelo aplauso nem pela vaia. O que deve nos motivar nas decisões aqui - às vezes, difíceis de serem tomadas - deve ser a verdade, o bem e a honestidade. Portanto, é nesse nível que venho para discutir esse tema extremamente delicado, importante para Minas Gerais, para o presente e para o futuro. O Deputado Domingos Sávio disse bem que esta Casa e o governo sempre tiveram um enorme respeito pela atividade do Agente Penitenciário no Estado. Aprovamos várias questões atinentes a essa atividade recente, importante e estratégica no Estado, porque tira da guarda das penitenciárias, dos presídios, policiais civis e militares, que não foram formados para essa atividade. O governo coloca pessoas treinadas, capacitadas, para cuidar da segurança prisional, e os policiais, que estavam ali na rua para fazer o seu mister, o seu dever. Essa é uma atividade extremamente séria e importante. O que o Deputado Domingos Sávio disse, com o que temos de concordar, é que a importância e o nível de segurança com que essa categoria tem de trabalhar a coloca como uma categoria diferenciada, o que faz com que tenha direitos como o de manifestar e de requerer mais direitos, mas que também impõe a ela algumas obrigações diferentes das demais categorias. Foi essa decisão que o Tribunal mineiro tomou ao julgar a greve ilegal. Essa é uma decisão de uma Corte de Justiça de maior relevância no Estado de Minas Gerais. A Corte não tomou essa decisão por motivação política, partidária, por ser contra ou a favor dessa atividade, e, sim, observando, sobretudo, a segurança. Vi as fotografias, as filmagens, e temos de reconhecer - o Deputado Domingos Sávio também disse isso - que a atividade de Agente Penitenciário é muito importante, precisa ser reconhecida por nós, pela população e também pela categoria. O que assistimos ali foi a própria categoria que não se respeitou; uma pequena parte dela, uma minoria, não agiu nos ditames da segurança que uma atividade como essa deve ter. Vi as fotografias. Realmente estivemos em risco. Vidas humanas foram colocadas em risco, pessoas foram impedidas de entrar, pessoas que queriam trabalhar foram impedidas. Então, essa categoria que se inicia precisa ter o entendimento de que é diferenciada. Quem não tem o perfil para trabalhar numa atividade penosa, difícil, desgastante como essa, é importante que não continue nessa atividade, pois ela irá fazer mal para essa pessoa, para a sociedade e colocará vidas humanas em risco.

O Secretário tomou uma atitude difícil. Evidentemente que seria muito mais fácil para ele anunciar aumento para a categoria, pois, para tomar uma decisão como aquela, muitas vezes é preciso ter atitudes seguras e corajosas para se evitar um mal maior no futuro. Penso que uma atividade como essa precisa ser alta, forte e respeitada. Sabemos muito bem que para se ter respeito, antes de tudo é preciso respeitar o direito dos outros. Esse deve ser o nível da discussão entre esta Casa e os Agentes Penitenciários, atividade da qual todos precisamos. O Estado precisa dessa categoria. Não é qualquer um que vai para penitenciária cuidar de criminosos perigosos. Sem dúvida nenhuma, pessoas que se dispõem a esse trabalho têm de merecer de nós um enorme respeito, temos de ter um cuidado especial com eles, que podem reivindicar os seus direitos, mas é uma atividade diferente. Não acho que a greve seja o melhor caminho para atingir os seus objetivos. Para isso, é preciso ir ao governo, a suas lideranças e a esta Casa e mostrar a importância e os riscos do seu trabalho. Acho que esse era o caminho melhor que lhes daria mais resultados e teria certamente de todos um respeito maior. Acho que é assim que devemos nos conduzir em relação a todas as categorias, mas há categorias que merecem uma atenção especial como essa. Por essa razão, o Tribunal julgou a greve ilegal pelos riscos e pela peculiaridade dessa atividade. Não foi por outra razão. Foi dito aqui e eu quero encerrar dizendo que há uma palavra que distingue uma relação de trabalho como essa - responsabilidade. Responsabilidade. Nós vimos grades e está nas fotografias que as grades foram quase arrancadas. Isso aconteceu nesse dia. Os estragos eram recentes. Esse foi um dos detalhes. Carros foram virados com as quatro rodas para cima. Isso não é uma atitude que se possa esperar de uma categoria como essa. Portanto, Sr. Presidente, encerro aqui para pedir que tenhamos em relação a esse assunto responsabilidade. Aqui não pode ser governo, oposição, ser agente, ser contra ou a favor. Há uma palavra que deve nortear aqui a nossa conduta: responsabilidade. Preocupação com vidas humanas, senão todos nós seremos cobrados cruelmente por isso. Sr. Presidente, queremos deixar claro aqui esse posicionamento. Teremos coragem porque nenhuma vaia ou aplauso nos motivará. Irá nos motivar a verdade e a razão daqueles que a tem. Esse é o nosso posicionamento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Quero iniciar fazendo minhas as palavras iniciais do Deputado Zé Maia de que nem os aplausos nem as vaias nos devem motivar. Por isso mesmo, se eu merecê-las, umas ou outras, quero dizer a vocês que gostaria de dispensá-las para poder fazer aqui a minha reflexão. Quero também parcialmente fazer minhas as palavras do Deputado Domingos Sávio, quando disse que nós tivemos avanços importantes e significativos nesse governo. Mas quero também fazer minhas todas as palavras do meu Líder, Deputado Padre João, de que em função dos avanços e dos riscos que nós estamos correndo e da importância de discutir a questão da segurança pública e de tê-la no nosso Estado de Minas Gerais é preciso um cuidado maior do governo que está aí. Um cuidado muito maior. Deputado Domingos Sávio, se no movimento social, se no movimento grevista existiu algum exagero ou alguém que possa ter-se desviado das lutas pela greve legítima e justa, não é aceitável condenar o movimento nem punir todos indistintamente. Por isso, o Deputado Carlin Moura levantou uma questão muito importante. Nós temos aqui uma legislação que diz como devem ser tratadas as pessoas diante de qualquer tipo de infração. Fazer auditoria, identificar quais os responsáveis e cumprir e cobrar as responsabilidades daqueles que devem. O governo do Estado de Minas Gerais - e aqui não quero dirigir-me ao Secretário de Estado, porque a responsabilidade não é de um Secretário ou de um Subsecretário, a responsabilidade é do governo do Estado de Minas - não deveria e não poderia tratar os servidores da segurança como estão sendo tratados neste momento. Isso não ajuda a resolver o problema. Se quisermos resolver o problema, temos que resolvê-lo com diálogo em uma mesa permanente de negociação, levantando os problemas e os desafios que existem para encontrarmos as soluções. Não será punindo os mais fracos que resolveremos a questão, pois os mais fortes deste Estado jamais são punidos pelo governo do Estado, mesmo que os seus erros sejam graves.

Para dar exemplo, não podemos tomar atitudes dessa natureza, autoritárias, cruéis e que não resolvem, mas exacerbam e dificultam o processo, como a demissão e a substituição dos funcionários por pessoas não qualificadas, preparadas e prontas para exercerem o serviço que tantos de vocês aprenderam com sacrifício e sofrimento. Muitos entraram dessa mesma forma, mas aprenderam o ofício, no dia a dia, com sofrimento e as pressões do cotidiano, e agora estão preparados para trabalhar na segurança pública, em defesa da sociedade e dos presos, pois não é porque foram condenados que tenham de passar por qualquer situação e por todas as dificuldades e riscos. O Agente Penitenciário tem de cuidar de nós, que estamos fora, mas, fundamentalmente, tem de cuidar daqueles que estão dentro, para que os seus direitos restantes sejam preservados. Eles não têm o direito à liberdade, mas os direitos humanos restantes devem ser preservados. E quem tem a força para fazer isso é o Agente Penitenciário. Se quisermos, sinceramente, resolver esse problema, não podemos adotar essa atitude, que não é exemplar para a democracia, para a segurança pública e para a solução do problema. A solução exemplar, no tempo em que vivemos, é a do diálogo, da discussão e do debate. Se há exageros, temos de identificar o responsável. Temos de tratar o que excedeu com a medida da justiça. Porém, essa medida adotada é a da injustiça, da truculência e da ofensa ao Estado Democrático de Direito. Gostaria de me colocar na condição de entender que nós, da Assembleia Legislativa, por isso mesmo, obstruiremos, na lógica, no apelo e no grito de que essa é a hora e o momento de ajudarmos o governo. A obstrução é para ajudar o governo a meditar sobre essa medida e encontrar uma solução pacífica, generosa, dialógica e democrática em favor não só de vocês, Agentes Penitenciários, mas também dos presos, da sociedade civil e do Estado Democrático de Direito e de Justiça.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Lafayette de Andrada.

O Deputado Lafayette de Andrada* - Sr. Presidente, nessa mesma linha e nesse mesmo espírito desarmado, sem correr atrás de aplausos e sem temer vaias, pois temos de discutir um fato concreto, gostaria de apresentar as minhas considerações. Sr. Presidente, todos nós estamos aqui diante de um momento severo e grave, em que, muitas vezes, as pessoas nas galerias se exaltam, fruto da emoção e do sentimento, que é natural, mas nada disso aconteceria se não tivesse ocorrido, anteriormente, um fato que deflagrasse isso. Houve um fato que deflagrou consequências exageradas, ou não exageradas, justas, ou injustas. Não sei. Temos de discutir isso, mas tudo ocorreu em consequência de um fato. Temos de saber se o fato foi responsável ou não. Muitas vezes me pergunto o que leva um grande número de pessoas - não todas -, ou seja, de seres humanos, que têm famílias, a agir de forma exacerbada. Tenho para mim que elas foram conduzidas inocentemente por uma meia dúzia de pessoas mal-intencionadas, que usaram aqueles bem-intencionados para fazer o que em sua consciência não fariam. Tenho a convicção de que todos os Agentes Penitenciários, que, naquele momento, pelo calor do movimento, agiram de maneira exagerada, não teriam

agido dessa forma, se não houvesse essa deflagração, ou seja, alguém que os insuflasse. Tenho convicção de que são pessoas serenas. Vi as fotos e as imagens, algumas das quais são chocantes. Não adianta dizer o contrário, porque são. Não direi que foi todo o movimento. Nem de longe foi dizer que são todos os Agentes. Mas que há imagens chocantes, há. Eu as vi.

Quero dizer que muitas dessas imagens chocantes vêm de atores, de Agentes que, em situação normal, não agiriam assim. Agiram, talvez levados ou insuflados. Todo fato gera uma consequência. Isso é a lei da natureza, pois toda ação gera uma reação. Não existe ninguém que, de maneira insubordinada, se insubordine contra seu superior e não seja punido. Isso ocorre aqui na Assembleia Legislativa, no Judiciário. Ocorre também com o cidadão comum e também com os Agentes Penitenciários. Essa é uma verdade. É da democracia. Para ela existir, exige-se o respeito, a subordinação. No Estado Democrático de Direito há uma hierarquia, é claro. Aqui temos o Presidente da Assembleia, os Líderes. E assim ocorre em todas as atividades. De modo que, Sr. Presidente, temos de ter muita atenção, muita serenidade nas críticas feitas. É óbvio que muitas pessoas não estão satisfeitas, e não estariam com os resultados, mas temos de ter serenidade em relação ao que os causou. Dirijome aqui aos Deputados da Oposição, que são valorosos, que defendem as suas linhas de pensamento, mas é preciso que, antes de agir com calor, com o fervor do sangue, que conheçamos bem os fatos, bem as suas origens. Como bem disse o Deputado Adelmo, temos de ter uma solução dialogada, mas não adianta exagerar e exarcerbar. Com força bruta não se chega a lugar nenhum. A força bruta gera força bruta. Se, por um lado, o governo está sendo acusado de agir com truculência, por outro, ontem ele é que acusou certas pessoas de agirem com truculência. Então, a ação gera reação. E esse não é o melhor caminho. O melhor é o da serenidade, discutir os fatos, as suas origens e trazer, dentro da melhor maneira possível, a melhor solução viável para o fato em questão. Sr. Presidente, era o que eu queria dizer. Todos aqui somos favoráveis à inversão de pauta para que votemos logo o projeto de lei que os servidores da Justiça estão esperando há tanto tempo e que trata de adicional para eles, que é justo e merecido. Acho que a Assembleia Legislativa deve agir para votar as leis que vão em direção ao que é melhor para a nossa população. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Obrigado, Sr. Presidente. Tivemos uma noite aqui com uma grande oportunidade de fazer algumas reflexões. Concordo com vários Deputados que me antecederam, avançamos muito em relação ao sistema penitenciário. Enquanto todos falavam, lembrava-me de alguns anos atrás. A primeira vez que esta Assembleia, pelos menos no período em que eu e vários Deputados que estão aqui já cumpríamos mandato, debruçou-se sobre a questão penitenciária foi em 1997. Na época tínhamos perto de 11 mil presos com a Polícia Civil e 2.300 com o sistema prisional. Ao final daquela CPI, a Assembleia Legislativa propôs 10 novas legislações. Uma delas era a transferência imediata dos presos que estavam com a Polícia Civil para o sistema penitenciário. Terminou aquele governo e veio outro. Iniciamos o governo Aécio Neves em 2003 com 15 unidades penais sob o comando, a administração da Subsecretaria de Administração Prisional. Hoje, temos 87 unidades. Há muito tempo não ouvíamos em Minas Gerais falar de rebelião.

Isso é interessante, porque vivemos muitos momentos graves de rebelião em Minas Gerais, com presos tomando unidades penais e fazendo Agentes Penitenciários reféns. Há muito tempo não ouvimos falar em Minas Gerais de uma situação como essa. Temos de reconhecer aqui o acerto da transferência dessas unidades para a administração prisional.

Sabemos que os presos não mudaram. Há os perigosos, e temos de reconhecer o papel dos Agentes Penitenciários que cuidam desse sistema. São eles que estão lá na ponta, no contato com a grade e, muitas vezes, sob uma pressão muito grande. Eles trabalham em uma situação de pressão e o fazem muito bem, trazendo segurança para a população de Minas Gerais.

A minha expectativa é conseguirmos transpor esse momento tão delicado, que não é de rebelião em uma unidade penitenciária. É um momento de reivindicação dos Agentes Penitenciários, e espero que tenhamos a oportunidade de exagerar na fala, no diálogo e na conversa, nesse exercício do Parlamento. Há aqui os Deputados da Oposição e os de Situação, e conseguimos conviver bem, até uma palavra mais dura é respondida. Espero que os Agentes, nesse momento, busquem o entendimento, o diálogo e a conversa.

Sei que muitos que estão aqui nesta noite convivem com pessoas que estão cumprindo pena, algumas de alto risco, perigosas. Se, durante esse tempo, vocês conseguiram tratar dessa questão, chegou o momento de, também com sabedoria, usar de muito diálogo para reverter essa situação.

Percebi na fala de todos os Deputados, da Oposição e da Situação, essa disposição pela busca do diálogo. Creio que temos de aproveitar cada uma das pontes que estão colocadas pela frente. Não podemos perder nenhuma delas. Temos de usá-las. O Deputado Padre João é uma excelente ponte? É. Também o Deputado Adelmo Carneiro Leão, que se manifestou, o Deputado Carlin Moura, o Deputado Antônio Júlio, que aliás já foi Presidente desta Assembleia, o Deputado Domingos Sávio, Deputado Zé Maia e o Deputado Lafayette de Andrada podem contribuir, neste momento.

Espero, senhores Agentes, que toda a sabedoria e todo o treinamento que receberam para lidar com situações de grande tensão sejam usados neste momento para a própria carreira de vocês. Sei que nesta Casa vocês terão grande apoio para a busca desse entendimento. Esperamos que ele aconteça e que vocês continuem esse trabalho. Devemos, nesta Casa, reconhecer o trabalho dos Agentes Penitenciários realizado em Minas Gerais. Este Estado, em 1997, tinha 12 mil presos e hoje eles são 46 mil. Se continuarmos nesse crescimento, chegaremos, em 2011, a ter 79 mil presos. A categoria de vocês é muito importante, e chegou o momento de superarem essa grande dificuldade.

Lembro o meu tempo de jogador de futebol. Devemos colocar a bola no chão e nos acalmar para pensar. Espero também que, nesse momento, as cabeças desta Casa ajudem a pensar, para o bem de Minas Gerais, porque muitos que estão aqui fizeram muito pela nossa segurança. Espero que consigamos com muita sabedoria e tranquilidade transpor este momento. Meu encaminhamento é pela aprovação do requerimento, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Serei muito rápido para não atrasar mais as votações que faremos aqui. Sr. Presidente, verifica-se que, por meio da votação de um requerimento, pudemos ouvir uma reflexão muito profunda.

É muito importante uma Casa Democrática sempre receber a população, nesta noite os Agentes Penitenciários. Diga-se, de passagem, que todos eles já estiveram em nossos gabinetes, através das comissões, buscando suas reivindicações. Aliás, como foi muito bem dito aqui, nenhum Deputado deixou de dar especial atenção a quem quer que seja. Mas um fato curioso, Sr. Presidente, é que, no momento em que V. Exa. pede a todos que seja mantido o respeito dentro da Casa, percebi a educação de todos que aqui se encontram. Notei o respeito pelo parlamento e pelos Deputados, que estão aqui efetivamente buscando o entendimento, procurando selar entre governo e Assembleia Legislativa o que há de mais sublime para cada um: o direito de trabalhar, de prestar serviços como Agentes Penitenciários, essa difícil e árdua função que desempenham.

Esta noite, para nós, sem dúvida alguma, é motivada pelos depoimentos de todos os parlamentares, muitos ansiosos, procurando efetivamente uma solução rápida, imediata. Mas trata-se da construção de um processo e não podemos agir dessa forma. Estamos aqui ouvindo e buscando um entendimento entre todos os parlamentares. Aproveito para cumprimentar todos os agentes que aqui se encontram. Puderam ouvir as palavras de cada um, mantendo, acima de tudo, o respeito que têm ao próprio projeto da segurança pública. Nós mesmos, em tantas

oportunidades, defendemos com muita garra e muito denodo os Agentes Penitenciários de nosso Estado. Como diz o Deputado João Leite, grande goleiro, a bola está no chão e vamos buscar efetivamente o time, para que atendamos a todas as reivindicações de uma forma ou de outra, iniciando a discussão junto ao Secretário Maurício Campos e ao Vice-Governador, que tanto têm feito pela segurança do Estado, e junto ao nosso Governador, ao Líder do Governo. Todos que estão aqui não procuram desprezar ninguém nem fazer com que alguém fique sem seu emprego, mas estão trabalhando para que cada um mantenha sua prerrogativa de trabalho, direito estabelecido pela própria Constituição.

Não vamos entrar no mérito da questão, mas é importante que esta Casa dê uma lição bonita, porque todos estão ouvindo com paciência a manifestação de cada um, buscando principalmente o entendimento. São essas as nossas considerações.

O Sr. Presidente - Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.827/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a divulgação, no âmbito dos serviços notariais do Estado, do direito de realizar separação consensual e divórcio consensual por meio de escritura pública. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 3.841/2009, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre a incidência de juros de mora nos débitos oriundos da conversão de vencimentos e proventos e da complementação de pensão em Unidade Real de Valor - URV - de que tratam a Resolução nº 5.216, de 12/8/2004, e o art. 5º da Resolução nº 5.305, de 22/6/2007. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Resolução nº 3.841/2009 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.968/2009, do Tribunal de Justiça, que institui o Adicional de Desempenho - ADE - no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 6 a 10, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 6 a 10, da Comissão de Administração Pública. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 10. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.968/2009 com as Emendas nºs 1 a 10. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.035/2009, dos Deputados Alencar da Silveira Jr. e Gilberto Abramo, que dispõe sobre a proibição de consumo de produtos derivados do tabaco em recintos coletivos fechados e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.035/2009 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Declarações de Voto

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, em relação ao Projeto de Lei nº 2.827/2008, que votamos primeiro, eu me levantei e gostaria de registrar que meu voto é contrário à aprovação. Com todo respeito ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva pelo empenho, meu voto é contrário.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, primeiramente, ficamos felizes em poder votar o projeto dos servidores do Tribunal de Justiça, que prevê o ADE. É um bom exemplo da manifestação desses servidores. Nesta declaração de voto, a coisa mais importante que aconteceu é que estamos discutindo uma situação premente, uma situação fundamental para Minas Gerais. Houve um espírito de compreensão dos parlamentares sobre o legítimo movimento dos Agentes Penitenciários de Minas Gerais. Sr. Presidente, faço uma reflexão e deixo um apelo ao governo do Estado. Muitos dos Deputados que vieram a este microfone utilizaram o mesmo argumento do Desembargador que deferiu a liminar que declarou a ilegalidade da greve. Diga-se de passagem, não foi uma decisão do Pleno do Tribunal, mas uma decisão monocrática do Desembargador que deferiu a liminar com uma agilidade digna de aplauso. É uma pena que essa mesma agilidade não se aplique a todas as decisões necessárias neste Estado, mas é importante reforçar, Sr. Presidente, que não podemos pretender tapar o sol com a peneira. Não venham aqui me dizer que, em função de eventuais abusos de um ou outros, ocorridos eventualmente na Penitenciária Nelson Hungria, que, conforme alegação do governo, são fatos suficientes para criminalizar todo o movimento legítimo dos Agentes Penitenciários. Para isso, a própria legislação tem um caminho, aponta um rumo. Se houve, se ocorreu algum abuso por parte de quem quer que seja, a legislação abre um caminho: abre-se a sindicância; aponta-se o suspeito; dá-se o livre direito de defesa, a ampla defesa; e, ao final, uma vez constatada alguma falta grave, algum desvio de conduta de um Agente qualquer, individualmente essa pessoa responderá pelos seus atos. O que não podemos é, em nome de um eventual desvio, imputar culpa a todo um movimento e impedir a livre manifestação dos servidores públicos. Então, faço um apelo à figura do Governador do Estado: que procure, neste momento, rever o posicionamento adotado, a conduta adotada de suspender e demitir servidores através de portaria, sem respeito à ampla defesa, sem o devido inquérito administrativo para apurar os fatos, porque isso não contribui para a solução do problema. Não podemos, em pleno ano de 2009, querer tratar uma greve ou a mobilização dos Agentes Penitenciários da mesma forma como aquele que governou este Estado e não deixou saudades, o ex-Governador Azeredo, tratou a greve dos policiais militares nos idos de 1990. Aquela foi uma tragédia no Estado de Minas Gerais por falta de habilidade, por falta de compromisso, por falta de espírito democrático. Então, não será justo que, neste momento, apresentemos o mesmo comportamento. Estou satisfeito com a aprovação do ADE para os servidores do Tribunal de Justiça, mas penso que, a partir de hoje, desta noite, toda esta Casa, todos os Deputados e Deputadas têm que fazer um amplo apelo para que volte a negociação dos Agentes Penitenciários, porque isso é importante para a segurança pública em Minas Gerais e é importante para restabelecer a paz e a harmonia e para a defesa desses servidores públicos. Fica aqui, portanto, o nosso apelo, a nossa consideração. Vamos pedir que essas duas portarias, a 72 e a 74, sejam imediatamente revogadas. E se houver algum fato, alguma foto, algum indício grave, que se instale a sindicância imediatamente para se apurar individualmente a responsabilidade de cada um; que cada um responda pelos seus atos. O que não podemos é, em Minas Gerais, criminalizar o movimento social, porque isso vai contra os ditames do Estado Democrático de Direito, vai contra os princípios da democracia, Sr. Presidente.

O Deputado Paulo Guedes - Também quero declarar, Sr. Presidente, o nosso voto favorável ao projeto que institui o ADE no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, uma importante reivindicação dos servidores da Justiça. Mas também não poderíamos calar-nos diante desse fato que nos chocou, essas duas portarias, essa falta de diálogo do governo do Estado com os Agentes Penitenciários. Quero aqui, Sr. Presidente, repetir o que bem disse o colega Carlin Moura: depois de ouvir tantos companheiros nesta Casa, esperamos que, no mínimo, o governo faça uma reflexão. Não podemos admitir que 600 Agentes Penitenciários sejam colocados no olho da rua, como aconteceu, por meio de duas portarias, e que o governo se negue a permitir a ampla defesa das pessoas. Nem os mais corruptos da Nação receberam tratamento tão severo como está fazendo o governo com os Agentes Penitenciários. Portanto, esperamos que no mínimo o governo torne sem efeito essas duas portarias e reabra o diálogo, para não voltarmos ao triste episódio da época do Azeredo. Sabemos o problema seriíssimo pelo qual passa a segurança pública no Estado de Minas Gerais e no País como um todo, e não é dessa forma que o Governador e a Defesa Social resolverão os problemas da segurança pública. Isso só agrava a situação. Portanto, fica aqui a nossa indignação, o nosso protesto e o nosso apoio ao movimento dos Agentes Penitenciários. Conte com a nossa Bancada do PT-PCdoB e PMDB nesta Casa, firmes e fortes na defesa da abertura do

diálogo junto ao governo do Estado, para a suspensão imediata das Portarias nºs 72 e 73.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - As trabalhadoras e os trabalhadores Agentes Penitenciários do Estado de Minas Gerais contem conosco. Lutaremos juntos porque temos refletido que Minas quer mais do que está aí, apesar dos ganhos e dos avanços. Eles são muito poucos diante do que podemos conquistar: o verdadeiro Estado Democrático de Direito e de Justiça. É com a luta, a coragem e a determinação de vocês e de todas as pessoas de bem deste Estado que poderemos mais pela democracia, pela justiça e pelo direito. Contem conosco. Quero tratar aqui, Sr. Presidente, do Projeto de Lei nº 3.035/2009, do nosso colega Deputado Alencar da Silveira Jr., a chamada Lei Antifumo. Por dever de ofício, Deputados Zé Maia e João Leite, meus colegas médicos Deputados, Deputado Doutor Viana, que está coordenando esta Mesa, tenho que me manifestar em relação a essa proposição de lei que aprovamos hoje, em segundo turno. Digo sinceramente que não estou satisfeito com o inteiro conteúdo dela. A insistência do Deputado Alencar da Silveira Jr. é justificada, para cumprir as determinações legais, para que, na Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, pudesse ser considerada a sua precisa e necessária legalidade para prosperar nesta Casa. O Deputado insistiu em manter os fumódromos, apesar de avançar com multas. Posso dizer, com todas as avaliações e dados que temos hoje, que me parecem muito consolidados e consistentes, que os fumódromos são absolutamente inadequados do ponto de vista da preservação da saúde pública e do bem-estar da população. É ruim para quem fuma num ambiente fechado, Deputado João Leite, e é muito pior para as pessoas que servem os que fumam nesse ambiente. Então, não há sentido votarmos leis mantendo nelas instrumentos que continuam sendo da doença e da morte, porque o cigarro mata milhões de pessoas no mundo inteiro e milhares de pessoas no Brasil. Por dever de ofício, registro aqui, Deputado Doutor Viana, os dados da Aliança de Controle do Tabagismo, formada por profissionais de saúde, médicos, entidades que querem que os nossos ambientes sejam ambientes seguros de vida, protetores e promotores da vida. Queria registrar, neste momento em que foi votada essa lei, o motivo da minha contrariedade em ainda termos que sustentar leis por uma questão de legalidade - e se trata de uma lei federal que já está ficando velha. Temos que mudar. Nesse sentido e com a esperança da mudança, quero dizer que o fumódromo não pode ser recomendado numa lei, não pode ser instituído, porque não faz bem para as pessoas. A Aliança de Controle do Tabagismo diz o seguinte: "A Lei Federal nº 9.294, de 1996, encontra-se desatualizada e defasada e já prevê a existência dos fumódromos.(...) É consenso científico que fumódromos não atendem à proteção da saúde pública e ocupacional e a tendência mundial tem sido a criação de ambientes fechados 100% livres de fumo." A poluição tabagística ambiental é agente carcinógeno em humanos, não havendo nível seguro de exposição. Dos cerca de 4.800 constituintes nela identificados, ao menos 250 são comprovadamente tóxicos, e mais de 50 são comprovadamente cancerígenos, como a 2-naftilamina, cromo, cádmio e polônio-210, que é um produto radioativo. O Brasil ratificou a Convenção Quadro para Controle do Tabaco, Primeiro Tratado Internacional de Saúde Pública, através do Decreto nº 5.658/2006. Uma lei municipal, estadual ou federal com previsão de área fechada específica para se fumar não traria inovação alguma. Uma nova lei deve ampliar a proteção à saúde das pessoas e excluir os fumódromos. O isolamento de áreas para fumar por sistemas de ventilação não é eficaz e não há arejamento conveniente para evitar a exposição ao tabaco. Seria de elevado custo econômico e poucos poderiam pagar. Traria mais desequilíbrio na concorrência entre bares e restaurantes. E, além de ser paliativo, chegaria apenas às classes econômicas privilegiadas, imprimindo tratamento desigual à população de baixa renda, o que é inaceitável do ponto de vista da saúde pública. Aqui há outros itens, propostos pela Aliança de Controle do Tabagismo, que pedirei que fiquem registrados nos anais da Casa, para insistirmos que, embora o que o Deputado Alencar da Silveira Jr. proponha e nós aqui votamos significa um avanço milimétrico, que já é importante mas perigoso porque acabamos legitimando um fato que não ajuda. Fazemos, portanto, essas proposições para que, no futuro, avancemos tanto em nível federal, quanto estadual e municipal, com uma legislação protetora da vida e, nesse sentido, temos de liquidar com os ambientes fechados onde há permissão para fumar. O ideal seria fazer isso em todo o espaço do Território Nacional, o que se daria por conscientização, educação, liquidando o uso do tabaco em nosso país. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Obrigado Deputado Doutor Viana, sempre atento ao Regimento. Primeiramente, declaro meu voto contrário ao Projeto de Lei nº 2.827. Sei que a pretensão do legislador foi a de adequar a legislação estadual à legislação federal. Mas como defensor intransigente da família, declaro minha posição contrária, o que não me foi possível fazer no momento. Gostaria que meu voto contrário constasse da ata. Esta Casa votou, em 1999, um Projeto de nossa autoria, de nº 12.903, que tratava justamente da utilização do tabaco em repartições públicas, hospitais, centros de lazer. E aquele projeto instituiu também, o fumódromo. Até hoje, a Assembleia Legislativa e as repartições públicas estavam, de alguma forma, orientadas por essa legislação, votada por esta Casa. E, a partir de agora, estamos no 2º turno, quando teremos a redação final do projeto do Deputado Alencar da Silveira Jr. Também imagino que precisamos avançar nessa questão, pois hoje vemos confirmados os males do tabaco. Talvez na próxima lei tenhamos condições de avançar muito mais tanto na lei que propusemos e foi aprovada, quanto nessa lei do Deputado Alencar da Silveira Jr., que também contém avanços. Por fim, o nosso voto também favorável ao projeto que institui o adicional de desempenho, no âmbito do Poder Judiciário. Recentemente presidimos a Comissão Especial de Execução das Penas e vimos como é importante o trabalho do Tribunal de Justiça em relação ao acompanhamento da execução das penas dos presos no sistema penitenciário, do qual tanto falamos, com grande presença dos Agentes Penitenciários, nas galerias do Plenário da Assembleia Legislativa, nesta noite. Então queremos votar favoravelmente a esse projeto. Essa foi uma votação em 1º turno, ainda teremos o 2º turno. Quero ainda, Sr. Presidente, reafirmar as falas, especialmente dos Deputados Zé Maia e Lafayette de Andrada, e de vários Deputados em relação ao momento que os Agentes Penitenciários estão vivendo. É importante lembrar o grande investimento do governo do Estado no sistema penitenciário com participação mínima do governo federal. Hoje, os nossos Agentes Penitenciários, além de guardar os presos de crimes estaduais, estão obrigados a guardar também os presos de crimes federais. Contrabandos de armas, tráfico de drogas e descaminhos, todos esses crimes estão sob a guarda dos nossos Agentes Penitenciários. Portanto temos de reconhecer o trabalho, o investimento e o papel importante que o Governador Aécio Neves, o Prof. Anastasia, o nosso Secretário de Defesa Social, Maurício Campos, e o Sub-Secretário Genilson Zeferino desempenharam, e, é claro, com a presença de todos os Agentes Penitenciários, que estão na ponta, com pressão, guardando os presos desse sistema. Esperamos que a discussão desta noite nos ajude a ter um entendimento sobre essa questão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Zé Maia - Sr. Presidente, quero manifestar-me favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 2.968/2009, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que institui o adicional de desempenho no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais. Desde o parecer da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, votamos favoravelmente a essa matéria. Por fim, Sr. Presidente, gostaria de registrar a decisão do Desembargador Brandão Teixeira, do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, em que ele cita o Ministro Eros Grau, do Supremo Tribunal Federal. Ao julgar ilegal a greve, o Desembargador Brandão Teixeira citou a decisão do Ministro Eros Grau, que, em julgamento anterior, na Reclamação nº 6.568, do Estado de São Paulo, manifestou entendimento de que os servidores em exercício nas atividades de segurança pública estão excluídos do exercício do direito de greve. Portanto isso é um ônus dessa atividade importante, como dissemos aqui no início. Pela relevância de seus trabalhos, os Agentes Penitenciários têm outros instrumentos. Não é boa a estratégia do uso da força bruta. Basta lembrar o episódio em que Gandhi promoveu a independência da Índia contra o Império Britânico. A Índia é atualmente um dos 20 países mais desenvolvidos e importantes do mundo, e ele promoveu a sua independência sem desferir nem sequer uma palavra mais áspera. Portanto, creio que o diálogo é o melhor conselheiro para a solução dessa questão.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado, Sr. Presidente, serei bem rápido. Quero somente considerar o nosso voto favorável ao Projeto de Lei nº 2.968/2009, de que tivemos o prazer de ser relator, do TJMG. No início do ano, recebemos no Parlamento a mensagem do Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Sérgio Resende, buscando desta Casa o que votamos hoje: o ADE para todos os servidores do Poder Judiciário. Uma medida justa, uma vez que tanto o Poder Executivo quanto o Poder Legislativo e o Ministério Público, desde o ano passado, já tinham esse direito. Agora o Judiciário procura valorizar e incentivar o servidor do Poder. Quero destacar nossa satisfação de encaminhar favoravelmente, como já fizemos através de nosso parecer, quando relator de cinco emendas, garantindo até a retroatividade e os benefícios para os aposentados. E, conseqüentemente, hoje votando, em 1º turno, esse importante projeto dos incansáveis e valorosos servidores do Poder Judiciário de nosso Estado. Sr. Presidente, gostaria de fazer uma referência como advogado que sempre fui, militante no Sul de Minas, que acompanha, avalia e respeita o trabalho incansável do servidor do Judiciário. São deles as decisões, os encaminhamentos e o atendimento ao público no dia a dia, as comarcas têm cargas invencíveis e tantos e tantos processos em andamento. Mas temos apreço pelo servidor do Judiciário, essa figura extraordinária, prestativa, que tem, ao longo da sua história, prestado relevantes serviços às comarcas do Estado. Através desse instrumento, desse projeto de lei do Tribunal de Justiça, estamos dando o primeiro passo para essa valorização, para incentivá-los pelo reconhecimento do trabalho que vem ao longo da história sendo traçado e desenhado com muito afino e responsabilidade. Estou muito feliz. Através das nossas emendas como relator da matéria, depois de várias discussões que tivemos diretamente no Tribunal de Justiça, com idas e vindas, quero também parabenizar o próprio Tribunal de Justiça, na pessoa de seu Presidente, Desembargador Sérgio Resende, que tanto se empenhou na votação e no encaminhamento da sua proposta. Agora, no 1º turno, após passar por todas as aprovações

nas comissões temáticas da Casa, ele tem hoje a aprovação no 1º turno. Sr. Presidente, faremos com que esse projeto seja votado o mais rápido possível. Colocaremos o projeto em pauta muito brevemente para o 2º turno e, conseqüentemente, para a respectiva sanção, que será a prova do reconhecimento do incentivo a todos os servidores do Tribunal de Justiça, que têm aguardado este momento, tão importante para todos nós. Quero parabenizá-los e dizer que todos os parlamentares votaram favoravelmente e votaremos também no 2º turno para garantir os seus direitos, dando incentivo, valorizando o seu árduo trabalho na sua honrosa função de serventuários da Justiça do nosso Estado. Muito obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, primeiramente quero parabenizar esta Casa pelos projetos votados hoje. Quero lembrar aos amigos Agentes Penitenciários que isso só foi o começo. Eu dizia aqui desde o início que essa discussão toda iria jogar o quórum no chão. Tínhamos um compromisso, um trabalho. Ao ver um projeto dessa natureza só no 1º turno, quero lembrar que o meu projeto, que votamos agora, depois dessa luta toda que vocês viram para aprovar, demorou tempo. Então, do 1º para o 2º turno, houve uma demora de 30 a 60 dias, para um projeto que auxiliava o povo belo-horizontino e mineiro e que continha tudo de bom. Quando vejo o companheiro Deputado Adelmo Carneiro Leão apresentar a fala de grupos antitabagistas, gostaria também de expor a minha posição: também sou contra o fumódromo, pois acredito que, quando entramos em um, saímos fedendo. Um fumódromo prejudica a saúde e é algo desqualificado e ultrapassado, mas tivemos de colocá-lo, com barreira física e com exaustão. Ele fica caro para ser instalado. O meu projeto é diferente do projeto do Serra, depois dessa repercussão toda, porque é constitucional. O projeto de Minas foi passado, por meio de uma entidade nacional da qual sou Vice-Presidente, para 11 Estados da Federação, onde foi aprovado. O projeto de Minas será um exemplo, ao contrário do de São Paulo. Se o cigarro faz mal - lembrando os Agentes Penitenciários presentes -, como pode ser liberado nas cadeias públicas? De acordo com o projeto do Serra, só se pode fumar em ambientes abertos e em cadeias. O preso pode morrer pelo cigarro, assim como os Agentes Penitenciários. O Serra deixou isso claro e está pouco se importando. Em Minas, na regulamentação, está prevista a cela do fumante e do não fumante. Isso é mais justo. Dizia o Vereador Vânio, do Serro, que nos assiste pela TV Assembleia, criada há 11 anos para mostrar a transparência da Casa, que o projeto do Deputado Alencar da Silveira Jr. dará liberdade a quem deseja fumar, mas somente no lugar certo, sem atrapalhar o rapaz da mesa da direita e o da mesa da esquerda, que não terá de tomar baforada de fumaça da outra mesa, pois a pessoa fumará em um ambiente aberto. A pessoa poderá fumar, por exemplo, no Mineirão, mas, lá em São Paulo, ela não poderá fumar no Morumbi. O Serra fez algo arbitrário. Quando ele for Presidente da República, estaremos perdidos, pois proibirá tudo. Não poderemos nem usar gravata vermelha. Em Minas Gerais mostramos que a liberdade será respeitada. Declaro publicamente a todo o movimento tabagista que eu e o Deputado Gilberto Abramo somos contra o fumódromo, que não poderia sair do projeto, senão seria inconstitucional, como ocorreu em São Paulo, onde a multa é de faz de conta. A pessoa é multada por estar fumando, mas pode recorrer, pois a multa é inconstitucional. Será que é isso que queremos? Não; fizemos algo adequado. Para finalizar, Sr. Presidente, gostaria de agradecer ao Deputado Gilberto Abramo o trabalho que realizamos, pois ele apresentou uma lei igual à do Serra, que foi inconstitucional, e apresentei uma lei mais rigorosa, que foi também inconstitucional. Então, tivemos que acertá-la. Esse projeto foi construído por esta Casa, pela Comissão de Justiça e pela assessoria da Assembleia Legislativa, que é a melhor de todas as Assembleias Legislativas do Brasil. E conheço todas. O nosso corpo de funcionários é exemplar. Um projeto foi feito por esta Casa, pela Comissão de Justiça e pelos seus técnicos, e, quando chegou à Comissão de Fiscalização Financeira, recebeu o segundo substitutivo, e, na Comissão de Saúde, o terceiro. Fizemos um projeto que é exemplo para o Brasil inteiro. Não foi nem o Deputado Alencar da Silveira Jr., nem o Deputado Gilberto Abramo que o fizeram. É lógico que, amanhã, as ruas estarão cheias de "outdoors", que colocaremos, com os dizeres: "Lei antifumo é a lei Alencar". Pois temos de ser reconhecidos, mas foi esta Casa, por meio da nossa iniciativa e do nosso pedido, como ocorreu na criação da TV Assembleia, com ocorreu com a Linha Verde, que vai para o aeroporto, pois fui o primeiro a falar da tribuna que lugar de avião era em Confins. Hoje isso é realidade. Foi a Casa que fez, foi ela que construiu. Ela está de parabéns. Só podemos tirar o chapéu e dizer "muito obrigado" aos Srs. Deputados. Tenho a certeza de que numa regulamentação agora na Secretaria de Saúde, na Secretaria de Governo, no governo do Estado, vamos lembrar que em Minas temos liberdade: quem quer morrer com o cigarro continuará morrendo, mas sem matar quem está à sua direita e à sua esquerda. Muito obrigado a esta Casa, ao seu corpo técnico. Faço esse agradecimento em meu nome, em nome de todas as pessoas que querem o bem para nossos filhos, para os nossos netos, sem o cigarro, com pouco cigarro nos ambientes abertos, fechados e naqueles que temos de respeitar neste país. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 28, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 79ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 28/10/2009

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discurso do Deputado Lafayette de Andrada; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Suspensão e reabertura da reunião - Discussão e Votação de Proposições: requerimento do Deputado Tiago Ulisses; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 568/2007; discurso do Deputado Antônio Júlio; registro de presença; encerramento da discussão; votação do projeto, salvo emenda; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação da Emenda nº 1; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.115/2009; requerimento do Deputado Padre João; aprovação do requerimento - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.466/2009; aprovação na forma do Substitutivo nº 1; declaração de voto - Questões de ordem - Registro de presença - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmolo Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o Deputado Lafayette de Andrada.

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, na parte final da ata, não escutei, na lista dos oradores que encaminharam votação, o meu nome. Gostaria que fosse feita a verificação.

O Sr. Secretário (Deputado Hely Tarquínio) - (- Faz a leitura da parte final da ata.)

O Sr. Presidente - Não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião o Projeto de Resolução nº 3.841/2009 e os Projetos de Lei nºs 2.827/2008, 2.968 e 3.035/2009, apreciados na extraordinária realizada ontem, à noite.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 1 minuto para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - **Estão reabertos os nossos trabalhos.**

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Tiago Ulisses solicitando a inversão da pauta desta reunião de modo que os Projetos de Lei nºs 568/2007, 3.115 e 3.466/2009 sejam apreciados em primeiro lugar, nessa ordem. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam com se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 568/2007, do Deputado Fábio Avelar, que dispõe sobre a política estadual de incentivo à pesquisa, à preparação e à utilização de produtos fitoterápicos. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, ocupamos a tribuna esta manhã para discutir o projeto do Deputado Fábio Avelar, que dispõe sobre a política estadual de incentivo à pesquisa, à preparação e à utilização de produtos fitoterápicos. Antes de entrar nesse tema, que é da maior importância, aproveito para falar um pouco sobre pesquisa da Polícia Civil.

Tivemos a oportunidade de visitar algumas delegacias nos últimos dias. O que está acontecendo com a Polícia Civil virou caso de polícia. Eles não têm material para fazer uma ocorrência, um BO dentro da delegacia. Os computadores não estão funcionando. Não há a mínima condição de trabalho. Se o governo ou alguém tem a intenção de acabar com a Polícia Civil deve ser um pouco mais claro. Como estão desativando a Polícia Civil em algumas cidades, a maioria delas não conta com a sua presença física, que é da maior importância para o setor de segurança pública. Devemos deixar as coisas claras para que a população acompanhe o desmanche da Polícia Civil, que presta um grande trabalho no interior. Hoje, para se tirar a carteira de identidade, fazer transferência de um veículo ou qualquer movimentação que dependa da Polícia Civil, há obstáculos, pois os agentes enfrentam as maiores dificuldades pela ausência do Estado, que não lhes possibilita condições para o trabalho.

Nosso pronunciamento se faz em consequência da reunião de ontem à noite, em que discutimos o ato que mandou embora vários Agentes. Alertei todos não para o ato em si, mas para as suas consequências. Se alguns abusaram, quebraram alguma coisa, devem ser punidos exemplarmente, pois não podemos abrir mão da autoridade. Mas, para se manter a autoridade, não é preciso ser autoritário. O ato do Secretário de Defesa Social foi autoritário, não analisou suas consequências. Já que estão tão preocupados com essas mudanças, que se ocupem um pouco da Polícia Civil. Hoje, em Pará de Minas, para se tirar qualquer xerox, qualquer documento nas dependências da Polícia Civil, a pessoa tem de levar o papel. Se a máquina copiadora estraga, os policiais têm de se cotizar para fazer o conserto. Se queima uma lâmpada, eles é que fazem a troca.

Pesquisei isso, e está aqui no projeto a pesquisa e preparação que o Deputado Fábio Avelar realizou. Não pode ser só dos produtos fitoterápicos, pois há outros produtos que merecem uma análise para que adentremos definitivamente no importante projeto do Deputado Fábio Avelar. Quero deixar isso claro, pois estamos falando para ver se há reação dos órgãos de segurança pública em operar essa mudança. Não é possível a Polícia Civil continuar dependendo de favores de pessoas que necessitam da sua atuação. Felizmente, ainda há pessoas na Polícia Civil de altíssima qualidade. Aproveito para prestar homenagem a todos os que trabalham na delegacia de Pará de Minas, que, graças a Deus, desenvolvem um trabalho exemplar e não se deixam envolver pelas dificuldades que o governo lhes impõe; continuam batalhando para que as coisas funcionem mais ou menos, porque mais não há como. Não existe capacidade humana para continuar trabalhando da forma que o governo impõe, por meio da Secretaria de Defesa Social.

O projeto do Deputado Fábio Avelar trata justamente de subsidiar a atuação dos órgãos públicos em articulação com os Municípios. Por isso abordei as dificuldades enfrentadas pela Polícia Civil, para não fugir do tema apresentado pelo Deputado Fábio Avelar. Estou muito preocupado, e todos os Deputados estão recebendo essa demanda. Quando saímos pelo interior, a primeira coisa que as famílias nos dizem e aos nossos companheiros é que a droga está rodando solta no Município. Há meninos de 12 anos vendendo drogas na praça, então é necessário tomar uma providência. Ficamos sem saber o que fazer. Digo a eles que o governo está de cima, está aumentando o policiamento, que estamos

lutando e que tudo vai melhorar, mas está é piorando. Cada dia que passa, vemos principalmente a polícia se virar de costas para esse sério problema das drogas, principalmente do "crack".

Isso demonstra aonde chegou esse mal que aflige toda a nossa juventude e, agora, até os mais velhos. Falta uma ação mais firme por parte do governo no combate às drogas. Quando querem, fazem. No carnaval do ano passado, Presidente, fizeram uma bela campanha e prenderam vários traficantes da nossa região. Sabiam onde estava a droga. Retiraram muita droga do caminho dos usuários, mas isso aconteceu só no carnaval. Depois é um ou outro caso que vai sendo articulado, porque as coisas tomaram um rumo, Sr. Presidente, fora do comum. Precisamos cobrar do governo uma atitude mais clara de combate às drogas, mas também devemos cobrar projetos que se referem a pesquisas, a articulação entre Municípios, porque vejo a omissão de vários Prefeitos que acham que segurança é obrigação do Estado. Todos temos de ter a nossa responsabilidade no tocante à segurança.

Aproveito este momento do projeto do Deputado Fábio Avelar, que é da maior importância, que votamos nos últimos 15 dias, mas temos de pesquisar o porquê de tanta droga hoje no interior de Minas Gerais, inclusive na zona rural. Será que a polícia, com a sua inteligência, capacidade, com seus agentes altamente capacitados, não consegue diminuir o tráfico de drogas? O que estamos vendo é aumentar, dia a dia, o tráfico e o número de usuários. Lamentavelmente, até um Prefeito de uma cidade da região metropolitana encontrou-se envolvido nesse vício terrível, que são as drogas, principalmente o "crack", que de craque não tem nada, deve ser um tremendo perna de pau, porque faz mal para todo mundo.

Presidente, aproveito este momento em que votaremos o projeto importante do Deputado Fábio Avelar, que aguarda ansioso a votação, para não perdermos de vista a discussão sobre segurança pública em Minas Gerais. Preocupa-me o ato do governo, que não mostrou autoridade, mas autoritarismo na demissão daqueles funcionários, pois se esqueceu de analisar as consequências decorrentes desse fato. Quando aprovarmos esse projeto, veremos que terá consequências positivas na questão da polícia. Deputado Fábio Avelar, seu projeto nos dá a oportunidade de fazermos esta discussão sobre atuação dos órgãos públicos em articulação com os Municípios para o desenvolvimento de ações, projetos e programas de incentivo à pesquisa. Temos de pesquisar a questão da droga. Por que a meninada está envolvida com tanta droga? Precisamos aproveitar o projeto do Deputado Fábio Avelar para discutir esse assunto.

Deputado João Leite, V. Exa., que é especialista nesse meio, sempre estudioso e conhece o assunto na prática - e não apenas na teoria, porque convive com envolvidos com esse tipo de delito -, pode nos ajudar. Muita gente discute drogas e outras coisas na teoria, mas na prática não sabe como funciona. Porém, V. Exa. conhece bem o assunto tanto na teoria, já que é um estudioso, quanto na prática, pois vivencia esse nosso problema sério.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Cumprimento-o, nobre colega Deputado Antônio Júlio, pela sua exposição, sempre brilhante nesta Casa. De fato, vemos que o projeto do Deputado Fábio Avelar, a quem também cumprimento, é extremamente oportuno. A fitoterapia está sendo expandida cada vez mais. Existe um programa do governo federal de apoio à medicina alternativa.

Cumprimentamos V. Exa., Deputado Antônio Júlio, dizendo-lhe que, de fato, o problema da droga hoje é um câncer na nossa sociedade. Temos de dividi-lo em duas partes: existem aqueles que são usuários e devem ser tratados, pois esse vício grave é uma doença que prejudica o paciente, a família e a sociedade, desestruturando-os, e que leva à morte. Milhares de jovens e adultos estão nessa situação. Sabemos que essas pessoas têm de ser encaminhadas para tratamento. Ainda temos o alcoolismo. Outro dia a Rede Record foi nos entrevistar sobre o caso de um policial que estava numa casa de "shows" em Belo Horizonte, fazendo seu próprio "show": bebendo e fazendo arruaça. Disse o seguinte: se esse policial for alcoólatra, ele tem de ser afastado e tratado, porque se trata de uma doença. É preciso fazer essa distinção. Em hipótese alguma, ele pode continuar exercendo a sua função, mas precisa de um tratamento. Se não for esse o caso, ele tem de ser tratado com o rigor da lei. Do mesmo modo vemos a questão da droga. Se a pessoa for usuária, tem de ser tratada, acolhida e encaminhada. As políticas públicas existem para isso. Mas também é preciso trabalhar a prevenção. É preciso que o jovem tenha acesso a políticas públicas de saúde, de cultura e de lazer, para que não vá para o tráfico. Outra questão é o traficante. Aí, a situação é grave. Trata-se de pessoas que não são doentes, que têm consciência e usam o "crack" para se enriquecer e praticamente levar à desgraça e à morte centenas de milhares de jovens e de famílias da nossa sociedade.

Sobre a questão penitenciária no Brasil e em Minas, que também é gravíssima, é preciso registrar que milhares de jovens estão nas cadeias ociosos, Deputado Antônio Júlio, sem fazer nada. Aliás, recentemente, numa visita que fizemos a uma cadeia em Boa Esperança, os funcionários e o Delegado nos informaram que tomam medicamentos para aguentar o trabalho. Ora, esse medicamento também acaba sendo uma droga. Então, temos de reverter essa situação. A nossa Comissão de Segurança Pública tem feito esse debate, ou seja, tem refletido sobre como reconstruir o sistema penitenciário para que haja uma ressocialização. É preciso que os Agentes Penitenciários sejam valorizados, bem acolhidos e tenham seus direitos garantidos para que possam realmente contribuir para a ressocialização dos detentos. Se eles também estão sendo desrespeitados nos seus direitos, como irão contribuir para a ressocialização dos detentos que lá estão? É papel nosso e desta Casa contribuir para resolver, de imediato, o impasse que se criou. Não podemos admitir que o problema da segurança pública, que é grave, seja protelado e resolvido quando Deus quiser. Queremos que o governo do Estado e o Secretário de Defesa Social, que, aliás, tem feito um bom trabalho, garantam, em muitos aspectos, a segurança pública. Digo isso publicamente, aliás, para cobrar, pois, nesse caso, não se pode permitir que essa situação continue indefinidamente. Os Agentes Penitenciários foram demitidos ilegalmente. É preciso que haja um diálogo e que se respeite a legislação neste país - não estamos num período de exceção nem de ditadura -, para que possamos resolver, de fato, essa questão. Esse é o nosso grande desafio. Temos de trabalhar para que haja a ressocialização. Deputado Antônio Júlio, os nossos impostos pagam por mês, para cada detento, em torno de R\$2.300,00 para que saiam de lá piores do que entraram, sem ressocialização.

Deputado Antônio Júlio, quero, mais uma vez cumprimentá-lo e dizer que todos nós, toda a Assembleia de Minas, temos de nos comprometer com a situação dos Agentes Penitenciários, para que ela seja resolvida de fato. Muito obrigada.

O Deputado Antônio Júlio - Obrigado, Deputada Maria Tereza Lara. Estamos discutindo aqui as plantas medicinais, que é o projeto do Deputado Fábio Avelar. Agora, abordarei definitivamente o projeto. Por que o governo do Estado não aceita isso? Há certa hipocrisia da classe médica, que não aceita o produto fitoterápico, mas, todos os dias, escutamos a imprensa dizer que os pesquisadores da Alemanha, do Japão, da Ásia, da China e da Inglaterra estão na Amazônia, pesquisando plantas e produzindo medicamentos. Várias das nossas plantas medicinais constituem a matéria-prima de vários medicamentos, e insistimos em não utilizá-las. Por que o governo, que precisa dar ocupação aos detentos dos presídios e principalmente das penitenciárias, não lhes dá oportunidade de cultivar esses produtos? Essas plantas podem ser trabalhadas até de forma artesanal, mas o governo tem de oferecer as condições necessárias para isso.

Como disse a Deputada Maria Tereza, houve avanços. Sei o custo político que paguei para a instalação da penitenciária de Pará de Minas. Alguns Padres da Igreja Católica, que nem conheciam a cadeia de Pará de Minas, fizeram passeata na rua, totalmente equivocados. Conheci a cadeia e achava que tinha de resolver o problema. A Prefeitura e os Diretores de escolas faziam manifestação contra a construção da penitenciária, que hoje é exemplo. Cadeia e Apac não recuperam ninguém. Se não quiser, a pessoa não se recuperará nunca. Na penitenciária, há condição de a pessoa melhorar o seu caminho. Lá há até escola de 2º grau, que ajudamos a criar, e fábricas. Os presos trabalham e poderiam trabalhar nesse tipo de plantação. Dei a ideia de os presos cultivarem não apenas plantas medicinais, mas algumas que servissem para a preservação de matas ciliares, para a composição de pequenas florestas e aglomerados de árvore. Seria importante dar aos presos a oportunidade de trabalhar, até mesmo no projeto do Deputado Fábio Avelar, que apenas tenta regulamentar em nosso Estado o que estamos cansados de ver suceder em âmbito internacional. Temos plantas importantes para vários tratamentos, utilizadas por pessoas mais velhas que conhecem um pouco esse trabalho.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Primeiramente, Deputado Antônio Júlio, quero concordar com V. Exa. quanto ao Projeto de Lei nº 568/2007, do Deputado Fábio Avelar. É importante incentivar a pesquisa para a utilização dos produtos fitoterapêuticos. Esperamos que, com a aprovação desse projeto, o governo invista um pouco mais na saúde. Sabemos, por meio de dados do Tribunal de Contas do Estado, que houve maquiagem na prestação de contas do governo, que apresentou uma série de penduricalhos como investimento na saúde. A saúde tem de ser tratada com seriedade. Digo isso porque aprovei projeto semelhante a esse, dando incentivo à produção da mandioca e seus derivados, mas, até hoje, o governo não fez nada. O projeto foi aprovado, a lei existe, mas não foi regulamentada pelo governo, pela Secretaria de Agricultura e pelos órgãos de apoio à agricultura familiar, como a Emater e a Epamig. Criamos as leis, e o governo fecha os olhos. Em vez de tomar providências para que sejam cumpridas, o governo começa a desmoralizar esta Casa.

Portanto, quero parabenizá-lo e fazer apelo para que o governo, após aprovarmos esse projeto, invista na medicina alternativa e incentive-a, pois ela é sucesso em todo o mundo. Como V. Exa. disse, os gringos invadiram a Amazônia e exportam, a preço de banana, os nossos produtos, que acabam retornando para cá por um preço absurdo. Mas não vemos o governo do Estado incentivar a medicina alternativa. Quero, portanto, parabenizar V. Exa. e fazer essas cobranças. O senhor tocou num ponto importante, que diz respeito à falta de apoio à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

Quero parabenizar o Secretário Gustavo Corrêa, nosso companheiro, amigo e colega desta Casa, aqui presente, que está fazendo um bellissimo trabalho na Secretaria de Esportes, o qual todos reconhecemos.

Voltando ao assunto que estava abordando, quero referir-me, Deputado Antônio Júlio, ao apoio à Polícia Civil. Parece que o governo está querendo acabar com ela. A situação é difícil nas delegacias do interior. Falo isso porque sou da cidade de Manga, perto da Bahia. Se analisarmos a situação das cidades localizadas na divisa do Estado, onde deveria haver reforço policial, como, por exemplo, na Comarca de Manga, de Montalvânia, veremos que, quando há Delegado, não há Detetive; quando há Detetive, não há Delegado. É uma anarquia generalizada, as pessoas não têm condições de trabalhar. Quando há Delegado, não há carro; quando há carro, não há gasolina nem telefone. É preciso que os Delegados fiquem capengando, pedindo favores aos Prefeitos, uma coisa horrorosa. Delegado que não reza na cartilha do Prefeito não pode nem trabalhar hoje.

Essa é a realidade do Estado de Minas Gerais; essa é a realidade do Choque de Gestão, tão propagandeado pelo Governador e pelo seu Vice-Governador, Anastasia, que parece que só governa Minas aqui do Palácio; não conhece a verdadeira Minas, que está no interior do Estado. Obrigada, Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio - Obrigado, Paulo Guedes. V. Exa. está ansioso, Deputado Fábio Avelar, e votaremos esse projeto importante. Minas, de fato, precisa desenvolver mais suas potencialidades. Minas possui a Funed, que tem grande capacidade para produzir medicamentos de alta qualidade e está sendo objeto agora de uma expansão significativa. Esse projeto poderia entrar na pauta das pesquisas da Funed também, assim como na de outros órgãos. Vamos ter de achar uma alternativa para diminuir o custo da saúde no nosso Estado. V. Exa. também é do interior, viaja muito e sabe que hoje os médicos recebem, mas a pessoa perde a consulta porque não tem dinheiro para comprar o remédio. Nem sempre todos os medicamentos são distribuídos pelo SUS, pela prefeitura ou por quem quer que seja. Poderíamos encontrar algumas alternativas no trabalho com as plantas medicinais, pois sabemos que o nosso país e o nosso Estado são riquíssimos nessa área. É importante esta discussão.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Agradeço a sua ponderação, Deputado Antônio Júlio, com referência a esse nosso projeto, que vem sendo muito debatido nesta Casa. Venho lutando por ele desde o meu segundo mandato e agora, graças a Deus, com a compreensão dos nossos pares, o projeto veio a votação já em 2º turno, para ser aprovado, tendo sido apreciado em todas as comissões em 1º turno. É uma satisfação muito grande, porque V. Exa. e os outros Deputados que me antecederam já comentaram a importância desse projeto. Gostaria de dizer que o momento é muito oportuno, porque hoje a fitoterapia vem sendo estudada e aplicada em todo o País, com uma expectativa muito positiva. Confesso ao senhor que inicialmente esse projeto encontrou resistência por parte de alguns grupos, mas hoje superou essa fase; aliás, vem recebendo apoio decisivo da Escola de Medicina da UFMG, que foi muito importante para que avançássemos em sua aprovação.

Gostaria de dizer também que, por meio de uma parceria que será feita com as Secretarias de Saúde e Meio Ambiente, através do IEF, e a Prefeitura Municipal de Santana do Riacho, com o seu Prefeito Agnaldo, um jovem que demonstra uma eficiência muito grande na administração da cidade, será implantado nesse Município o primeiro centro de referência em fitoterapia. Esse projeto será realizado em parceria com o governo do Estado, que implantará ali um programa de pesquisa avançado nessa atividade.

A fitoterapia, além do papel a que V. Exa. se referiu além de ser um instrumento importante no combate às doenças e no auxílio à cura dos nossos enfermos, tem outro papel não menos importante: pode representar uma possibilidade muito grande de geração de emprego e renda. Aliás, quando idealizamos esse projeto, em conversa com a Secretária Elbe Brandão, que nos apoiou e incentivou muito, vislumbrávamos uma oportunidade grande de, na área de atuação da sua Secretaria, utilizar a fitoterapia para possibilitar a geração de emprego e renda. Por isso quero, desde já, agradecer o apoio que tenho recebido de todos os colegas. Na realidade esperamos, com muita ansiedade, a aprovação desse projeto que - acredito - será um marco no desenvolvimento da fitoterapia no Estado de Minas Gerais.

O Deputado Antônio Júlio - Obrigado, Deputado Fábio Avelar. Quero, para orientar quem está nos ouvindo, dizer que esse projeto tramita na Casa desde 2003.

E agora houve essa vontade política de colocá-lo em pauta. Digo, Deputado Fábio Avelar, com a experiência das minhas andanças, que, na política e na vida pública, o que vale mais é a vontade de fazer. Às vezes dizem que não há dinheiro. Isto não é o mais importante, mas sim a vontade de fazer. Quero dizer-lhe que agora houve vontade. Tenho certeza de que, se o governo tiver vontade de resolver a questão e fazer essa pesquisa - que seja até como experimento e alternativa -, terá todos os instrumentos e não gastará um tostão. Basta vontade. O projeto ficou claro e bem definido, e já temos pesquisas avançadas utilizando várias dessas plantas. Vamos apenas dar mais um embasamento, que não é legal porque o projeto já é, mas um embasamento científico para que os médicos tenham condições de utilizar essa alternativa.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Deputado Antônio Júlio, gostaria de fazer uma complementação. Na realidade, já existem hoje várias plantas com utilização científica comprovada. A que visa o nosso projeto?

Em primeiro lugar, desenvolver e procurar disseminar essa ideia em todo o Estado de Minas Gerais e, paralelamente, também promover um programa de pesquisa avançada, a fim de encontrarmos novas plantas medicinais. O nosso projeto se baseia nessas duas propostas: incentivar e motivar as pessoas a utilizarem essas plantas que já têm sua eficiência comprovada cientificamente e, por meio de um programa avançado de pesquisas, procurar encontrar alternativas. Essa é a base do nosso projeto. Mais uma vez, obrigado pelo aparte.

O Deputado Antônio Júlio - Quero desejar boa sorte àqueles que farão as pesquisas e também parabenizar o Deputado Fábio Avelar pela iniciativa do projeto. Penso que isso aconteceu por insistência, porque, desde 2003, ele está nessa luta, o projeto vai, volta, fazem-se propostas. Agora, o assunto chegou ao ponto final, porque foram definidos, em vários artigos, o que V. Exa. deseja para esses produtos medicinais alternativos. Penso que o projeto é da maior importância, pois Minas Gerais precisa disso. Tenho dito, Deputado Doutor Ronaldo, que Minas precisa parar de trabalhar em silêncio e acabar com essa conversa de que mineiro é acomodado e fala baixo, pois, enquanto isso, estamos sendo engolidos por Goiás, Espírito Santo e Mato Grosso, sem contar São Paulo, que já nos engoliu há muito tempo.

Mudando um pouco de assunto, Sr. Presidente, para dar sequência à nossa discussão, trago observações sobre os debates envolvendo o metrô de Belo Horizonte. Com esses políticos que hoje estão aí na Prefeitura, sabem em que dia teremos metrô em Belo Horizonte? Nunca. Sabem por quê? Porque eles não têm vontade de fazer o metrô de Belo Horizonte. Falam em metrô sem terem projeto. Até o Prefeito disse que, uma hora, fará o metrô. Ele disse isso porque não tem vontade. Quando o governo tem vontade, faz, como aconteceu com o Centro Administrativo, para o qual nem planejamento foi feito direito. Agora, ficará nas mãos dos funcionários públicos, pois qualquer movimento fará com que a cidade administrativa seja fechada, assim como aconteceu com o Aeroporto de Confins. Não fizeram essa análise, mas quiseram construir o Centro e conseguiram, indiferentemente do seu custo de R\$2.000.000.000,00. Para o metrô de Belo Horizonte, falta vontade e falta dizer: "Vamos fazer". Não há vontade. Espero que para esse projeto haja vontade e digam: "Vamos fazer essa pesquisa, pois verba para isso nós temos". Porém, nem sempre as verbas são bem-aplicadas, já que há uma burocracia que não deixa o dinheiro chegar aos pesquisadores. Em Minas, há muitas cabeças pensantes que estão sendo exportadas, pois aqui não há incentivo para a pesquisa, principalmente em laboratório.

O Deputado Doutor Ronaldo (em aparte)* - Deputado Antônio Júlio, gostaria de parabenizá-lo pela fala e o Deputado Fábio Avelar pelo projeto.

Foi muito bom esses jovens terem chegado, pois gostaria de falar sobre a medicina alternativa proibida por lei. Eu nem poderia dizer isso aqui, mas conheci essa medicina pela internet e conheço os seus resultados, pois já os vi. Sim, em Minas Gerais, há cabeças pensantes e inteligências exportadas até para a Nasa, nos Estados Unidos, mas gostaria que houvesse mais compromisso com a saúde e com o povo não só de Minas Gerais, mas também do Brasil.

Deputado Antônio Júlio, há uma terapia alternativa, para a qual sei que os meus colegas não baterão palmas, mas que é centenária, muito conhecida pelos fazendeiros e que era usada antes de serem descobertos os antibióticos. Trata-se da auto-hemoterapia. Por que o Brasil não se abre para ela? Minas Gerais poderia ser o primeiro Estado a se abrir e a pôr essas cabeças pensantes para trabalhar nesse sentido. Não basta dizer que o CRM, a Associação Médica e a Anvisa proíbem a terapia, pois com os meus olhos tenho visto os resultados. Eles criticam a terapia e dizem que ela não cura, mas conheço casos de câncer que foram curados. Por que, apesar de já ter visto, nos meus 60 anos de idade e nos meus 34 anos de medicina, esse tratamento dar resultado, infelizmente ele é proibido? É muito fácil proibir. Gostaria de que as cabeças pensantes passassem a estudar isso. Posso até indicar um livro sobre esse assunto, pelo qual me interessei. Não o utilizo, mas me interessei por ele, pois, até no Nordeste do País, um Secretário de Saúde teve coragem de utilizá-lo - o Fantástico mostrou isso -, e houve uma queda de 40% nos gastos com a saúde. Guardem bem essa palavra, que está na internet para quem quiser pesquisar: auto-hemoterapia. Trata-se de uma terapia alternativa, que realmente reduz os gastos com a saúde. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Gostaria de participar do seu pronunciamento e da discussão sobre o projeto de lei do Deputado Fábio Avelar.

Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar os jovens, pré-adolescentes que aqui estão com as suas escolas, pois, com certeza, futuramente muitos serão médicos e médicas. Esse projeto apresentado hoje é para que o Estado possa dispor sobre a forma alternativa de tratamento. Já fazem parte da medicina, como especialidade médica, a acupuntura e a fitoterapia, que compõem os pilares da medicina tradicional chinesa.

Deputado Fábio Avelar, o seu projeto é interessante. Sou formado em medicina há 30 anos, já fiz o curso de acupuntura e de fitoterapia em Minas Gerais. Foi uma luta qualificá-las como parte das especialidades médicas. Hoje, o acupunturista e o fitoterapeuta só podem ser médicos, pois essas práticas tornaram-se uma especialidade médica.

Até então era conhecida apenas a fitoterapia chinesa. Importávamos os produtos chineses, que são produtos naturais e já vêm prontos. Entretanto, a biodiversidade brasileira é uma coisa fantástica. Qualquer pessoa mais velha, qualquer pessoa que mora no interior, sabe das capacidades terapêuticas das ervas medicinais, das plantas brasileiras. Quem é que não sabe que um determinado tipo de chá é bom para tratar cálculos renais, cólicas renais ou dores de barriga?

Enfim, a fitoterapia brasileira é riquíssima. O que estava faltando era incentivo. Às vezes, uma pequena indústria já comercializa um determinado produto, mas isso é feito de forma muito limitada. O Estado tem que abraçar esse projeto, que é muito importante e interessante. Falta dinheiro para a pesquisa. Temos as grandes universidades do Estado, como a Unimontes, a Universidade do Estado de Minas Gerais, os órgãos do governo relacionados com a ciência e com a tecnologia, que também podem investir nessa pesquisa. Houve uma época, Deputado Antônio Júlio, em que passei 15 dias pesquisando e conversando com as pessoas que têm bancas que vendem ervas no mercado de Montes Claros, que é muito conhecido. Foi fascinante, foi uma experiência única na minha vida. Tomei conhecimento dos produtos fitoterapêuticos que estavam, de forma rudimentar e artesanal, sendo vendidos para a população. Coletamos amostras desses produtos e enviamos para a Universidade Federal de Minas Gerais e até para a universidade do povo chinês de Beijing. Tivemos algumas respostas.

Isso está despertando o interesse de todo o mundo. Hoje, qualquer medicamento, como por exemplo aqueles para o coração ou para cólica, tem como base as plantas medicinais, que são industrialmente exploradas.

Deputado Fábio Avelar, esse projeto é interessante. V. Exa. está de parabéns. Depois que esse projeto for aprovado e sancionado pelo Governador, faço questão de acompanhá-lo. Proponho fazermos, no início do próximo ano, um grande debate sobre a fitoterapia mineira e brasileira, convidando autoridades de Brasília, e talvez até da China, para conhecerem a fitoterapia brasileira. É um projeto muito importante.

Espero que esse projeto caminhe a passos largos na Casa, que seja aprovado e sancionado pelo Governador ainda neste ano. Temos que procurar a Faculdade de Ciência e Tecnologia, o departamento da Unimontes, da Uemg, da Universidade Federal de Minas Gerais e as outras universidades para começarmos a desenvolver, a quatro mãos, um programa tipicamente mineiro, um programa em que teremos muito trabalho. Faremos classificações, experimentos científicos da fitoterapia brasileira, um grande exemplo ao Brasil e ao mundo, mostrando a biodiversidade e os produtos naturais que nosso país possui.

Deputado Antônio Júlio, esses produtos são os conhecidos. Quantos outros produtos serão reconhecidos, se tivermos incentivo dos governos estadual e federal? Agradeço ao Deputado o aparte concedido. Cumprimento ao Deputado Fábio Avelar e proponho que seja feito um ciclo de debates sobre a fitoterapia brasileira. Minas Gerais, com certeza, sairá na frente. Parabenizo o Deputado Fábio Avelar e agradeço ao Deputado Antônio Júlio pelo aparte.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Deputado Antônio Júlio, quero apenas fazer um esclarecimento. Não sei se entendi bem o que o Doutor Ronaldo disse, mas, com relação à fitoterapia, ela já é uma alternativa oficializada, não é ilegal. Estamos, aliás, recebendo o apoio da Escola de Medicina da UFMG, que abraçou essa causa e vem realizando um excelente trabalho. E, como disse anteriormente, implantaremos o primeiro centro de referência em fitoterapia em Minas Gerais.

Gostaria de dizer que, em 2003, quando iniciou a tramitação desse projeto, Minas Gerais foi um dos primeiros Estados a entrar no trabalho de desenvolvimento de atividades fitoterápicas. Hoje estamos um pouco abaixo da metade dos outros Estados. Perdemos tempo, mas podemos recuperá-lo com a implantação desse centro, que conta com o apoio do Estado. A fitoterapia é uma atividade legal que vem crescendo e que, além dos benefícios que traz à saúde, é uma atividade muito importante na geração de emprego e renda, principalmente na área de abrangência da Secretaria Extraordinária dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus. É uma atividade, conforme foi informado pelo Deputado Carlos Pimenta, que já tem cadeira na Escola de Medicina.

Deputado Antônio Júlio, agradeço o aparte e cumprimento os jovens que nos estão visitando.

O Deputado Padre João (em aparte) - Deputado Antônio Júlio, saúdo V. Exa. e o Deputado Fábio Avelar, autor do Projeto de Lei nº 568/2007. Não poderia ficar indiferente a este debate, uma vez que há 15 anos faço tratamento com plantas medicinais, fitoterapia, argila e outros minerais naturais.

Quero ajudar a esclarecer a intervenção do Doutor Ronaldo. Pelo que entendi, ele quis dizer que existe resistência contra tratamentos alternativos e cita a auto-hemoterapia, técnica em que a pessoa tira o próprio sangue e o aplica no músculo. É uma técnica alternativa que vem dando resultados. O sangue da própria pessoa é aplicado em seu músculo.

A fitoterapia é legal, e há experiências em Estados com a participação do SUS. O que falta é avançar nas pesquisas e fazer uma política pública, como é a proposta do Deputado. Como disse o Deputado Antônio Júlio, ela é importante não só na medicina, mas também para gerar renda e trabalho nos presídios, que tem uma população ociosa e que depende de medicamentos. A fitoterapia poderia ser usada não só na saúde dos presidiários, mas também para gerar renda para eles. Ou seja, poderia haver técnicas avançadas, porque hoje o diagnóstico segue uma linha alternativa, seja pela íris, seja pela mão, seja por nossa própria energia. Comunicamos o que sentimos não apenas pelo olhar ou pela fala. Esse campo energético pode ser negativo ou positivo e existe a possibilidade de checar cada órgão. Parabéns, Deputado Antônio Júlio, pelo debate, pelo pronunciamento. Parabéns, Deputado Fábio Avelar, pela iniciativa. Essa é a grande saída para as populações urbana e rural. Para garantir qualidade de vida e saúde, o caminho é a fitoterapia. Ainda sobre o início da fala do Deputado Antônio Júlio, há um grande desafio que são as drogas ilícitas. É um desafio para a defesa social, para as famílias, um desafio para todos nós como homens públicos. Temos que enxergar nessa linha do Projeto de Lei nº 568 o grande transtorno que as drogas lícitas causam na vida das pessoas. As pessoas vão se viciando, tornam-se dependentes, chegando a sete, oito medicamentos, e sem saber os efeitos colaterais. Ou seja, para corrigir um problema, criam-se vários outros. Como V. Exa. disse no início, as drogas ilícitas são um grande problema, e a origem delas não é combatida. No caso do projeto de lei, desafio igual são as drogas lícitas, porque causam grande transtorno. A pessoa acaba abrindo mão de uma alimentação melhor, que lhe garantiria saúde, e até mesmo lazer, que lhe proporcionaria qualidade de vida e saúde; fica dependente das chamadas drogas lícitas e comprometendo sua vida. Parabéns, Deputados Antônio Júlio e Fábio Avelar.

O Deputado Antônio Júlio - Obrigado, Deputado Padre João. Sr. Presidente, às vezes, fazemos um pronunciamento discutindo algum projeto até para despertar nos outros Deputados a importância de um assunto. Às vezes, votamos desconhecendo o conteúdo. Fábio Avelar, nossa participação foi um pouco demorada, mas, pelo menos, houve o comprometimento de vários Deputados, também do Carlos Pimenta, que está propondo uma audiência pública para discutir um tema tão importante, após a sanção do Governador. Tenho a certeza de que ele sancionará essa lei, porque ela dá o mecanismo legal desse comportamento.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Estava conversando com o Deputado Doutor Ronaldo, e ele me esclareceu que meu entendimento foi equivocado. Ele fez referência à auto-hemoterapia como atividade ilegal, e não fez à fitoterapia. Meu entendimento foi equivocado. Faça esse reparo. O Deputado Doutor Ronaldo me esclareceu logo após a minha fala.

O Deputado Antônio Júlio - Obrigado, Deputado Fábio Avelar. Eu ia fazer esse esclarecimento. Entendi isso também na fala do Deputado. Sr. Presidente, uma vez que há acordo de lideranças, estamos liberados para a votação desse projeto. Daremos esse grande passo na medicina alternativa.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, do Secretário de Esportes e Juventude, Gustavo Corrêa, e, nas galerias, de alunos e professores do Instituto Nilza Rocha. Agradecemos a presença e desejamos uma boa estada na Casa do povo.

Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 568/2007 na forma do vencido no 1º turno com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.115/2009, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. Vem à Mesa requerimento do Deputado Padre João solicitando o adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 3.115/2009. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.466/2009, do Deputado Lafayette de Andrada, que altera o art. 2º da Lei nº 14.969, de 12/1/2004, que dispõe sobre a doação de imóveis cedidos a Municípios em decorrência da municipalização do ensino. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, o projeto, em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.466/2009 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Declaração de Voto

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, prometo que serei breve, mas não podia deixar passar a oportunidade de estar aqui agradecendo aos nossos pares a aprovação deste projeto, que consideramos de fundamental importância para o desenvolvimento da fitoterapia em nosso Estado. O Projeto de Lei nº 568/2007 teve origem no desarquivamento de um projeto de lei que apresentei nesta Casa em 2003. Ele foi amplamente debatido nesta Casa. Acredito que, daqui por diante, haverá um novo momento da atividade fitoterápica no Estado de Minas Gerais. Como disse, criaremos, em parceria com o governo do Estado, com a Secretaria de Meio Ambiente, por meio do IEF, com a Emater e com a Prefeitura Municipal de Santana do Riacho, administrada pelo Prefeito Agnaldo, que tem dado importância a essa atividade nesse município, o primeiro centro de referência em fitoterapia. Essa unidade terá o objetivo de divulgar essa atividade em nosso Estado, com as plantas que já tiveram sua eficiência comprovada cientificamente. Lá também será instalado um centro de pesquisas avançado procurando identificar novas alternativas. Graças a Deus, este projeto foi aprovado no 2º turno. Esperamos a sanção do Governador Aécio Neves. Ressalto o incentivo que o governo vem dando a essa atividade por meio da Secretaria de Saúde. Também agradeço, de público, a participação da Escola de Medicina da UFMG, que está dando o apoio necessário para o desenvolvimento dessa atividade em nosso Estado. A aprovação desse projeto é o marco de um importante momento que vivenciaremos daqui por diante. Além de tudo o que foi dito no debate que precedeu a aprovação de nosso projeto, não podemos deixar de ressaltar sua importância como instrumento eficiente de geração de emprego e renda. Desenvolveremos essa atividade principalmente nas áreas de abrangência da Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e do Norte de Minas, porque nessa região temos condições de desenvolvê-la e ela será instrumento de geração de emprego e renda. Por essa razão, agradeço, em primeiro lugar, à Mesa da Assembleia, por ter colocado nosso projeto em pauta, o que possibilitou sua aprovação aqui hoje. É um projeto antigo, mas que hoje contou com a compreensão e a aprovação de todos os nossos pares.

Em segundo lugar, não poderíamos deixar de agradecer aos Deputados que nos incentivaram a todo o instante, dando sequência à aprovação desse projeto, aos estudos, às audiências públicas realizadas nesta Casa, com a participação importante de todos os segmentos envolvidos. E agora também tivemos a proposição do Deputado Carlos Pimenta: após essa aprovação, que façamos, nesta Casa, mais um debate, com forma mais objetiva, visando ao planejamento, à implantação do projeto em todas as regiões do Estado. Mais uma vez, agradeço a todos os Deputados que me apoiaram e aprovaram este projeto. Muito obrigado.

Questões de Ordem

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, registro que se encontram em visita a esta Casa vários companheiros, Vereadores do Norte de Minas e do Vale do Mucuri. Registro a presença do Vereador Abelard Carlos Pimenta, Presidente da Associação dos Vereadores da Área Mineira da Sudene - Avams -, e a Diretoria da Avams; do Vereador Tiãozinho, do PT de Itacarambi; do Vereador Geraldo, de São João da Ponte; do Vereador João Bosco, de Teófilo Otôni, que está acompanhado de várias pessoas, entre as quais o Iesser Anis Lumar, Diretor da Fecomércio Minas daquela região. Eles vieram nos trazer o seu apoio. Também eles lutam, em sua região, com uma pauta importante que defendemos nesta Casa, que é a legalização do transporte alternativo em Minas Gerais. É uma luta que travamos para derrubar o Decreto nº 44.035, do Governador do Estado, que proíbe o direito de ir e vir das pessoas. Esse movimento cresce em todo o Estado de Minas Gerais. Tenho recebido a solidariedade dos companheiros dos quatro cantos de Minas, e hoje recebemos a visita do pessoal do Vale do Mucuri, liderados pelo Vereador João Bosco, que me relatou que mais de 80 cidades daquela região estão sendo penalizadas por esse decreto. A atuação do DER lá é vergonhosa, porque deixou de cumprir sua função, que é fiscalizar as estradas, tapar os buracos, tirar os animais das estradas. A função do DER, agora, é só multar, é a indústria da multa contra os taxistas, contra o transporte alternativo. O Governador ainda não acordou para um tema muito importante: são milhares e milhares de famílias que sobrevivem de seus táxis, um transporte importante, que conta com a aprovação da população. É um transporte barato e que resolve o problema, pois deixa a pessoa em casa, a leva ao hospital, ao INSS, a banco, etc. É por isso que o Governador e o Diretor do DER têm de ter sensibilidade. As coisas mudaram. Acorda gente! Está na hora de governar para todos, e não apenas fazer ações e governar para um grupinho e priorizar meia dúzia de donos de empresas de ônibus. As empresas de ônibus é que têm de se modernizar e se adequar à realidade da população. É nisso que Minas Gerais precisa avançar para sair desse marasmo. Mas a própria população tem se organizado e tomado suas iniciativas, como, por exemplo, a criação do transporte alternativo dos taxistas, ideia magnífica. Não faz sentido, Sr. Presidente, haver táxi em Chapada Gaúcha, em Minas Nova ou em qualquer cidade dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, do Norte de Minas, se não for para a pessoa ir a Teófilo Otôni, a Montes Claros. Ninguém pega táxi em cidade pequena para ir de um bairro para outro, porque a cidade é pequena e a gente vai a pé mesmo. Táxi em cidade pequena é para fazer transporte de uma cidade para outra, sempre foi assim. Agora, desde 2005, o Governador Aécio Neves baixou o Decreto nº 44.035, inconstitucional, sem sentido, que está na contramão da história e tem de ser derrubado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado João Leite - Obrigado, Sr. Presidente. Sejam muito bem-vindos a esta Casa, Vereadores do Mucuri, do Jequitinhonha e de Valadares. Sr. Presidente, vou declarar o meu voto, mas, antes, farei alguns acertos em relação a algumas questões. Difícilmente, encontraremos um governo como o do Governador Aécio Neves e do Prof. Anastasia, que tem investido tanto em segurança pública. Já foram investidos em segurança pública em torno de R\$5.000.000.000,00. Cada vez que votamos os orçamentos, vemos o crescimento do investimento em segurança pública. Nunca as nossas polícias estiveram tão bem-equipadas como agora. Nunca tivemos tanta construção de unidades penais como houve neste governo. Como disse na reunião extraordinária de ontem à noite, partimos de 15 para 87 unidades penais. Nunca tivemos uma Polícia Civil tão liberada para o trabalho de rua e retirada da guarda de presos. Nunca foi possível tanta recuperação dos internos que estão no sistema prisional. Isso tudo porque, agora, a Secretaria de Administração Prisional assumiu praticamente a guarda de todos os presos no Estado de Minas Gerais. Também ocorreram vários concursos, várias seleções de policiais na Polícia Militar de Minas Gerais. A verdade absoluta é que se investiu muito nessa área. O governo assumiu responsabilidades que nem são suas, mas do governo federal, do sistema federal, que realiza a guarda de presos que cometeram crimes federais. Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, não podemos aceitar que este não é um Estado planejado. O Prof. Anastasia, com a sua sabedoria, planejou este Estado. A Assembleia Legislativa o acompanha, com instrumentos e marcos legais, como a revisão do PPAG, que ocorre agora, em reuniões nas regiões do Estado. Sr. Presidente, o Governador Aécio Neves, o Prof. Anastasia e o Secretário Fuad são insensíveis? Um governo que está levando ligação asfáltica a 230 Municípios mineiros, que jamais foram ligados? Trata-se de um esforço histórico. Temos de fazer justiça ao Governador Aécio Neves, ao Prof. Anastasia e ao Secretário Fuad Noman, que têm ido às inaugurações do Processo, projeto que liberta a população mineira de ficar ilhada nos tempos de chuva. Como médico, o Doutor Viana conhece muito bem a situação: pessoas enfermas são carregadas em maca, nos ombros. Hoje essas populações têm dignidade, dada pelo governo não apenas do meu partido, o PSDB, mas também de toda a base de apoio nesta Casa. O governo tem sensibilidade, está atento, criou a Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e do Norte de Minas. Esta Casa votou a criação da Copasa para o Jequitinhonha e o Norte de Minas, alcançando as famílias mais carentes do Estado. Não poderia ficar calado diante de algumas coisas que foram ditas. Quero, nesta manhã, nesta Casa, repor a verdade e fazer justiça ao Governador do Estado, ao Vice-Governador e ao Secretário de Obras. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Gostaria de cumprimentar o Deputado Fábio Avelar pela votação do projeto. Esperamos poder apressá-lo e votá-lo em 2º turno, para que seja sancionado este ano. Fico muito satisfeito em votar esse projeto, que incentiva a fitoterapia mineira, e em ajudar o Deputado, de acordo com o que conhecemos e propomos. Sr. Presidente, também gostaria de chamar a atenção para um fato ocorrido ontem, quando Agentes Penitenciários estiveram nesta Casa, democraticamente apresentando suas reivindicações e expondo sérios problemas. Queria tirar duas conclusões. Em primeiro lugar, o trabalho do Agente Penitenciário é um dos mais desgastantes, estressantes, tensos. A grande maioria das cadeias e dos presídios do Estado e do País - Minas melhorou muito com o Governador Aécio, com a construção de presídios e cadeias - é uma panela de pressão. É muito grande o número de presidiários e detentos. Numa cela onde cabem 5 ou 6 pessoas, há 30, fazendo até rodízio para dormirem. E quem toma conta de tudo isso é o Agente Penitenciário, uma pessoa que tem de estar extremamente preparada para isso, com domínio de seus sentimentos e de suas emoções. Esse fato foi lamentável. O governo do Estado tem, neste momento, de ter tranquilidade - o Governador Aécio Neves tem essa tranquilidade -, para encerrar o fato e tirar conclusões e exemplos. As pessoas envolvidas, muitas até mesmo sem querer, têm de ter abertura para apresentar sua defesa, sua alegação. O governo tem de ser sensível, tem de ouvir essas pessoas, para não cometer nenhum tipo de injustiça contra elas, levando em consideração também o momento tenso e tudo mais. Eu gostaria de relembra os idos de 1997, quando houve a greve da Polícia Militar, que foi extremamente traumática. Militares morreram naquele confronto, o que chocou a sociedade mineira. A partir desse fato, muitas decisões foram tomadas, muitos cursos foram redirecionados. O acontecido de anteontem também tem de servir de exemplo. O governo do Estado está certo quando toma uma atitude drástica para manter a autoridade. Não é possível que pessoas se infiltrem no movimento, que se aproveitem politicamente dele para jogar a culpa num governo que quer acertar, que está investindo na área, como é o caso do governo Aécio Neves. O Fundo Nacional de Segurança Pública, meu caro Viana, não tem investido praticamente nada em Minas Gerais. Jogam todos os recursos em São Paulo e no Rio de Janeiro, e Minas Gerais, muitas vezes, tem de contar com recursos próprios. Como se diz na gíria, o governo está fazendo das tripas coração para trazer tranquilidade e segurança ao nosso povo. O governo precisa analisar caso a caso, mas não pode abrir mão de sua autoridade nem tolerar a infiltração de baderneiros, de pessoas que não têm compromisso com a segurança do nosso povo, que querem apenas aproveitar o momento político. Estamos vendo que, a partir de agora, muitos aproveitadores vão mostrar a sua cara. É um governo que ficou sete anos sem nenhum tipo de denúncia, trabalhando com dignidade, com muita responsabilidade para com o nosso povo. Ao final do seu segundo mandato, se fizerem uma pesquisa sobre o governo Aécio Neves, com certeza absoluta ela não registrará menos que 80% de aprovação do povo mineiro, e, para a nossa região, tem sido fundamental no combate às desigualdades, na construção de estradas, na telefonia celular, no apoio aos hospitais, à saúde pública. É um governo limpo, que tem competência. Ouvi agora várias manifestações e acusações contra o Governador Aécio Neves, porque o povo brasileiro e mineiro sabe que, se tiver oportunidade de apresentar seu nome para a Presidência do Brasil, ele será o próximo Presidente da República. Espero que o PSDB tenha juízo de analisar tudo isso, porque é o único governo que tem condição de mostrar que é realizador e que pode transformar o Brasil, como tem transformado Minas Gerais. Esta Casa é um espaço democrático, é a casa do povo. Vamos receber quantas categorias aqui comparecerem, mas não podemos aceitar que utilizem o Plenário da Assembleia Legislativa para aproveitamento político, para fazer alguma insurreição, algum movimento contra esse governo que tem se comportado com lisura, com honestidade e respeito ao povo mineiro e brasileiro.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, mais uma vez aproveitamos a TV Assembleia, que criamos há 14 anos, para dizer que, no dia 30 de novembro, vamos fazer uma grande festa, porque estamos esperando o Ministro Hélio Costa autorizar a implantação do canal aberto.

Estou falando isso, Sr. Presidente, porque hoje a perspectiva é muito grande. O Ministro Hélio Costa esteve aqui, prometeu o canal aberto para a Assembleia Legislativa, falou que ia fazer, assinou, mas isso não saiu do papel. Já passou da hora de esta Casa ter canal aberto. Há quatro Estados que possuem tevê aberta, e o Ministro não nasceu em nenhum deles. Sei que o Ministro Hélio Costa sente carinho por Minas Gerais, e também sei que essa situação não ocorre por causa dele, mas em razão das intransigências daquele Ministério. Contudo, está na hora de ele bater a mão na mesa e dizer: "Temos de atender a Minas Gerais. Temos de atender à Assembleia Legislativa, porque já passou da hora. Estive em uma sessão solene, prometi, fiz o compromisso, assinei, e até agora nada". Aproveito para dizer isso porque agora, na porta da Assembleia, um amigo Vereador de Belo Horizonte - e V. Exa. falou hoje sobre os Vereadores -, cobrou-me essa transmissão por canal aberto. Muitas pessoas querem acompanhar o trabalho desta Casa na sua residência, mas a grande maioria ainda não possui tevê a cabo, ainda não consegue pagar a taxa mínima de R\$60,00 por mês, que para a população carente, para uma população pobre - vamos dizer no popular, Sr. Presidente - é muito dinheiro. Isso representa 10%, ou 15%, ou 20% do salário, e a pessoa não consegue pagá-lo. Está na hora de a transmissão desta Casa chegar a cada residência mais humilde desta nossa cidade, e só conseguiremos isso com a tevê aberta. Aproveito, Sr. Presidente, para agradecer, mais uma vez, a todos os Deputados e à assessoria desta Casa o projeto antifumo em Minas Gerais. Tenho certeza de que, na próxima semana, ele estará chegando ao Palácio da Liberdade, independentemente de questões políticas como as que acontecem hoje com um candidato a Presidência da República, que, no seu Estado, elaborou uma lei inconstitucional e sem condições de ser aplicada. O Governador Aécio Neves sancionará essa lei. Tivemos a oportunidade de participar, nesta manhã, de dois programas de jornalismo de televisão e de programas em todas as emissoras de rádio. Queremos agradecer à imprensa. A lei é um sucesso a partir do momento em que a imprensa faz a sua divulgação. Gravaremos agora mais um programa para uma equipe de televisão. Sr. Presidente, deve haver ainda a implantação e a cobrança para quem acende um cigarro. Essa pessoa e também a que deixa que o cigarro seja aceso devem ser multadas. Essa lei beneficiará a saúde do povo mineiro, da gente de Minas Gerais, que não aguenta mais a fumaça incomodando-a em um restaurante. Teremos condições de evitar isso. Estão de parabéns esta Casa, os Deputados e toda a imprensa, que nos ajudará muito na divulgação de uma lei que cuidará da saúde dos mineiros. Tenho certeza de que o governo terá o maior carinho na sua regulamentação. Parabéns a todos e muito obrigado, Sr. Presidente.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, de Vereadores do Norte de Minas e do Vale do Mucuri e do Vereador Glêdston Araújo, de Governador Valadares.

A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.439, 3.553 e 3.595/2009, uma vez que permaneceram em ordem do dia por 6 reuniões.

A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao Projeto de Lei nº 3.439/2009 uma emenda do Governador do Estado, que recebeu o número 1, e, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha a emenda com o projeto à Comissão de Administração Pública, para parecer.

- A Emenda nº 1, do Governador do Estado, encaminhada por meio da Mensagem nº 389/2009, foi publicada na edição do dia 6/8/2009.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

Ata da 19ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 20/10/2009

Às 10h2min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adalclever Lopes, Délio Malheiros e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Leonardo Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 3.368/2009, no 2º turno (Deputado Délio Malheiros). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.749/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento do Deputado Weliton Prado em que solicita seja realizada audiência pública para debater os critérios utilizados pela Cemig para o cálculo e para a cobrança do consumo não faturado, bem como a liminar judicial que impede a empresa de cortar o fornecimento de serviços no caso de supostas irregularidades no medidor de energia elétrica. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 2009.

Adalclever Lopes, Presidente - Délio Malheiros - Leonardo Moreira.

Ata da 26ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 20/10/2009

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios das Sras. Marli Gava da Silva e Wanda Pompeu, da Comissão de Direitos Humanos e Ética de Barbacena, encaminhando o Projeto de Intervenção no Sistema Prisional da Comarca de Barbacena; do Sr. Paulo Alkmim, Ouvidor de Polícia, encaminhando cópia de Denúncia nº 21.631, para conhecimento e adoção de medidas legais cabíveis, em que são narrados fatos com possível envolvimento de policiais civis lotados na Delegacia de Polícia de Monte Santo de Minas; e do Deputado Estadual Antônio Júlio encaminhando ofício do Vereador Wanderli Antônio da Costa, Presidente da Câmara Municipal de Piracema, pertinente ao serviço prestado pela Polícia Civil no Município, e solicitando providências que a Comissão julgar necessárias, e da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na

data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil, e Leonardo Carvalho Carreira, Defensor Público (12/10/2009). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.789/2009. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.634 e 3.670/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Sargento Rodrigues (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Administração Pública, para discutir as condições de trabalho dos servidores da área do sistema prisional e as reivindicações da classe, e seja realizada reunião de audiência pública para discutir o desvio de função dos militares que são retirados do serviço operacional para exercer atividades administrativas e para analisar a viabilidade da contratação de funcionários civis para o efetivo da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 2009.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Tenente Lúcio.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 100ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 4/11/2009

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.553/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 166, de 25/1/2009. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.595/2009, do Governador do Estado, que altera o Anexo da Lei nº 16.678, de 10/1/2007. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 52/2009, do Tribunal de Contas, que institui o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.684/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho, que dispõe sobre a isenção de ICMS na importação de máquinas, equipamentos, partes e acessórios destinados à empresa de radiodifusão e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.368/2009, do Deputado João Leite, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação nos postos de gasolina de cartaz com informação do percentual de diferença entre os preços da gasolina e do álcool. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.480/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itambacuri o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.960/2009, do Governador do Estado, que dispõe sobre indenização à Associação dos Empregados da Fundação João Pinheiro. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.115/2009, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina

pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.521/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mateus Leme o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.826/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito, no âmbito do Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais - PMAE -, com o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES -, até o limite que indica, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 29ª Reunião Ordinária da Comissão DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9 horas do dia 4/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.839/2009, da Comissão de Participação Popular; 4.855/2009, da Comissão de Participação Popular; 4.857/2009, da Comissão de Participação Popular; 4.858/2009, da Comissão de Participação Popular.

Finalidade: discutir, em audiência pública com convidados, denúncias de mortes ocorridas no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, localizado nesta Capital.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 28ª Reunião Ordinária da Comissão DE SAÚDE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 4/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.935/2008, do Deputado Arlen Santiago.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.817 e 4.818/2009, da Comissão Extraordinária de Políticas Públicas de Enfrentamento à Aids, às DSTs, ao Alcoolismo, às Drogas e Entorpecentes; 4.828, 4.829, 4.830, 4.839 e 4.832/2009, do Deputado Ruy Muniz; 4.879/2009, do Deputado Doutor Ronaldo; 4.895/2009, da Comissão de Direitos Humanos; e 4.899/2009, da Comissão de Segurança Pública.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 26ª Reunião Ordinária da Comissão DE MINAS E ENERGIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 4/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 4.880/2009, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 30ª Reunião Ordinária da Comissão DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 4/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Mensagem nº 350/2009, do Governador do Estado.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 3.466/2009, do Deputado Lafayette de Andrada, e 3.826/2009, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.481, 3.882, 3.741, 3.864, 3.865 e 3.899/2009, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 28ª Reunião Ordinária da Comissão DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10h30min do dia 4/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.582/2009, da Deputada Gláucia Brandão.

Requerimento nº 4.875/2009, do Deputado Ademir Lucas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 20ª Reunião Ordinária da Comissão DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 4/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.528/2009, do Deputado Carlos Gomes.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.400/2009, do Deputado Délio Malheiros, com a Emenda nº 1, e 3.589/2009, do Deputado Walter Tosta, com a Emenda nº 1.

Requerimentos nºs 4.517/2009, do Deputado Weliton Prado; 4.589/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.599 e 4.600/2009, do Deputado Weliton Prado; 4.627/2009, do Deputado Doutor Viana; 4.628/2009, do Deputado Walter Tosta; 4.555/2009, do Deputado Jayro Lessa; 4.640/2009, do Deputado Duarte Bechir; 4.669/2009, do Deputado Ruy Muniz; 4.675 e 4.676/2009, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; 4.744 e 4.745/2009, do Deputado Duarte Bechir; 4.787/2009, do Deputado Rômulo Veneroso; 4.788/2009, do Deputado Arlen Santiago; 4.792/2009, do Deputado Braulio Braz; 4.796/2009, da Comissão de Participação Popular; 4.808/2009, do Deputado Djalma Diniz; 4.810 e 4.827/2009, do Deputado Duarte Bechir; 4.881/2009, do Deputado Doutor Viana; e 4.888/2009, do Deputado Zezé Perrella.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 22ª Reunião Ordinária da Comissão DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 4/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.602/2009, do Deputado Zezé Perrella, 3.643/2009, do Deputado Juarez Távora, 3.744/2009, do Deputado José Henrique, 3.760/2009, da Deputada Cecília Ferramenta, 3.762/2009, do Deputado Doutor Rinaldo, 3.763/2009, do Deputado

Adelmo Carneiro Leão, 3.769/2009, do Deputado Rômulo Veneroso, 3.771/2009, do Deputado Ronaldo Magalhães, e 3.792/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro.

Requerimentos nºs 4.833, 4.836, 4.837, 4.840, 4.841, 4.842, 4.843, 4.845, 4.846, 4.849, 4.850, 4.853, 4.854 e 4.856/2009, da Comissão de Participação Popular; e 4.896/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 26ª Reunião Ordinária da Comissão DE REDAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 4/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 25ª Reunião Ordinária da Comissão DE CULTURA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 4/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 31ª Reunião Ordinária da Comissão DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 4/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.876/2009, do Deputado Arlen Santiago; 4.882, 4.883, 4.884, 4.885, 4.886 e 4.887/2009, do Deputado Doutor Viana; e 4.891, 4.892 e 4.893/2009, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 9 horas do dia 4/11/2009, destinada à revisão do PPAG.

Palácio da Inconfidência, 3 de novembro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 4/11/2009, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 52/2009, do Tribunal de Contas, que institui o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; e dos Projetos de Lei nºs 2.684/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho, que dispõe sobre a isenção de ICMS na importação de máquinas, equipamentos, partes e acessórios destinados à empresa de radiodifusão e dá outras providências; 2.960/2009, do Governador do Estado, que dispõe sobre indenização à Associação dos Empregados da Fundação João Pinheiro; 3.115/2009, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica; 3.368/2009, do Deputado João Leite, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação nos postos de gasolina de cartaz com informação do percentual de diferença entre os preços da gasolina e do álcool; 3.480/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itambacuri o imóvel que especifica;

3.521/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mateus Leme o imóvel que especifica; 3.553/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 166, de 25/1/2009; 3.595/2009, do Governador do Estado, que altera o Anexo da Lei nº 16.678, de 10/1/2007; e 3.826/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito no âmbito do Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais - PMAE -, com o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES -, até o limite que indica, e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 3 de novembro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Eros Biondini, Antônio Carlos Arantes, Carlos Gomes e Fábio Avelar, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/11/2009, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 4.874/2009, do Deputado Ademir Lucas, e 4.877 e 4.878/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 2009.

Tenente Lúcio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Chico Uejo, Delvito Alves, Gilberto Abramo, Padre João, Ronaldo Magalhães e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/11/2009, às 17 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer sobre a Mensagem nº 420/2009, do Governador do Estado, de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 55/2009, do Governador do Estado, e dos Projetos de Lei nºs 3.876 e 3.882/2009, do Governador do Estado, 3.653/2009, da Deputada Rosângela Reis, e 3.854, 3.857 e 3.864/2009, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

"MENSAGEM Nº 432/2009*

Belo Horizonte, 30 de outubro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

No exercício das competências que me conferem os incisos V e XIV do art. 90 da Constituição do Estado, encaminho a Vossa Excelência, para exame e deliberação dessa egrégia Assembleia Legislativa, emenda ao Projeto de Lei nº 3.439, de 2009, que altera as Leis nº 15.787, de 27 de outubro de 2005, nº 17.006, de 25 de setembro de 2007, e transforma cargos pertencentes ao Grupo de Atividades de Ciência e Tecnologia do Poder Executivo.

A emenda apresentada contém a necessária autorização legislativa para que o Poder Executivo, atendendo a conveniência do serviço público, para melhor adaptação, possa reduzir em até vinte e cinco por cento, no ano de 2010, nos termos de regulamento, a jornada de trabalho diária dos servidores que venham desempenhar suas funções na Cidade Administrativa Presidente Tancredo de Almeida Neves.

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a submeter a emenda em questão à consideração dos seus nobres pares.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado.

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 3.439/2009

Acrescente-se, onde convier, o seguinte artigo:

"Art. ... - O Poder Executivo, atendendo a conveniência do serviço público, para melhor adaptação, poderá reduzir em até vinte e cinco por cento, no ano de 2010, nos termos de regulamento, a jornada de trabalho diária dos servidores que venham desempenhar suas funções na Cidade Administrativa Presidente Tancredo de Almeida Neves.".

- Anexe-se cópia ao Projeto de Lei nº 3.439/2009. Publicada, fica a mensagem em poder da Mesa, aguardando a inclusão da proposição em ordem do dia.

* - Publicado de acordo com o texto original.

Relatório

De autoria da Deputada Gláucia Brandão, o projeto de lei em epígrafe visa a dar denominação à Escola Estadual do Bairro San Genaro, localizada no Município de Ribeirão das Neves.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.582/2009 tem como finalidade dar a denominação de Escola Estadual Henrique de Souza Filho - Henfil - à Escola Estadual do Bairro San Genaro, situada no Município de Ribeirão das Neves.

Inicialmente, cabe ressaltar que a denominação proposta pela proposição em tela foi aprovada pelo colegiado da Escola Estadual do Bairro San Genaro, em reunião realizada em 7/4/2009.

Natural de Ribeirão das Neves, Henfil nasceu em 1944 numa família modesta e cresceu na periferia de Belo Horizonte.

Jornalista, especializou-se, no início da década de 1960, em ilustração e produção de histórias em quadrinhos. Estreou como chargista aos 18 anos, na revista mineira "Alterosa" e, em 1965, começou a fazer caricaturas para o "Diário de Minas".

Logo foi convidado a se mudar para o Rio de Janeiro, onde passou a integrar a equipe do "Jornal dos Sports" e a colaborar com as revistas "Visão", "Realidade", "Placar" e "O Cruzeiro". Em 1969, juntou-se aos fundadores do "Pasquim", semanário que marcou época pelo jornalismo irreverente, e ao "Jornal do Brasil", na qual seus personagens atingiram um grande nível de popularidade.

Autor de nove livros, lançou a revista "Os Fradinhos", com sua marca registrada: um desenho humorístico, crítico e satírico, com personagens tipicamente brasileiros e que retratavam as situações da época.

Henfil fez do Brasil e de seus problemas e contradições o grande tema de seus textos e desenhos. Defensor da democracia, engajou-se nos movimentos pela anistia aos presos políticos e pelas eleições diretas para Presidente da República.

Devido a uma transfusão de sangue em um hospital público, durante tratamento da hemofilia, contraiu o vírus da Aids, vindo a falecer, em 1988, em decorrência da doença.

Henfil é parte da história dos quadrinhos brasileiros, pois renovou o desenho humorístico com seus personagens. Além disso, destacou-se como uma das principais referências políticas de sua geração, com atuação marcante nos movimentos políticos e sociais do País, lutando contra a ditadura, pela democratização, pela anistia aos presos políticos e pelas "Diretas já".

Por ser um exemplo de cidadão, consciente dos problemas de seu tempo, acreditamos ser conveniente e oportuna a homenagem que o projeto de lei em análise pretende prestar-lhe.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.582/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, relator.

Relatório

Por intermédio da Mensagem nº 414/2009, o Governador do Estado enviou a esta Casa o projeto de lei em epígrafe, que visa autorizar o Poder Executivo a permutar com a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu - ABCZ - o imóvel que especifica, localizado no Município de Uberaba.

A proposição foi publicada no "Diário do Legislativo" de 15/10/2009 e encaminhada às Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Vem agora a esta Comissão a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme estabelecem os arts. 102, III, "a", combinado com o art. 188, do Regimento Interno.

Fundamentação

Trata o Projeto de Lei nº 3.865/2009 de autorizar o Poder Executivo a permutar imóvel de propriedade do Estado, constituído por três lotes, com área total de 750m², situados no Bairro São Benedito, no Município de Uberaba, registrados sob os números 2.795, 28.999 e 29.221, à ficha 1 do Livro 2, no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Uberaba, por imóvel de propriedade da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu - ABCZ -, constituído por dois lotes, com área total de 729m², situados na Rua Oliveira, Bairro São Benedito, Município

de Uberaba, e registrados sob os números 8.668 e 15.417, à ficha 1 do Livro 2, no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Uberaba.

Para a alienação de patrimônio do Estado, o art. 18 da Constituição mineira exige autorização legislativa e avaliação prévia. No âmbito infraconstitucional, a Lei Federal nº 8.666, de 1993, que regulamenta o art. 37, XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da administração pública, no inciso I do art. 17, impõe que a transferência de domínio esteja subordinada à existência de interesse público devidamente justificado.

Esclareça-se que as propriedades a serem permutadas fazem parte da área do Parque de Exposição Fernando Costa, no Município de Uberaba.

Nesse espaço, o Estado é proprietário de uma área total de 19.373,75m², que foi cedida à ABCZ, por meio do Termo de Permissão de Uso Especial de Bem Imóvel nº 1230.1.00.69/2007, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, com a participação da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por um prazo de 20 anos, devendo ser utilizada exclusivamente para o funcionamento de suas atividades.

Segundo informações do autor, a entidade pretende construir no local equipamentos necessários à implementação de suas exposições, mas, para tanto, necessita ter o domínio dos três lotes apontados no projeto de lei em análise, que se encontram encravados na área do Parque Fernando Costa.

Com a efetivação da permuta proposta, o Estado receberá dois lotes, que, embora façam parte do Parque, estão posicionados de frente para a Rua Oliveira, constituindo-se em uma área livre, próxima ao centro de Uberaba, dotada de infraestrutura urbana, onde podem ser implementados serviços públicos.

Cabe ressaltar que o interesse público que deve nortear as decisões da Administração Pública encontra-se atendido, pois a ABCZ utilizará a área que receberá para ampliação das instalações do Parque de Exposição Fernando Costa, o que implementará a pecuária do Estado, incrementando o desenvolvimento da economia regional; enquanto o Estado permanecerá com o domínio de área semelhante, com possibilidade de ser utilizada em projetos futuros.

Com relação à avaliação prévia, esclareça-se que foram anexados ao processo dois laudos técnicos elaborados pelo Setor de Engenharia e Agrimensura da Diretoria Central de Gestão de Imóveis, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, que apontam o valor de R\$193.912,50 para o imóvel do Estado e R\$194.314,95 para o imóvel da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu.

Embora não exista equivalência exata entre os valores apontados, o projeto preceitua, no seu art. 2º, que não haverá torna entre as partes, pois o interesse público envolvido no negócio jurídico em tela justifica a efetivação da permuta.

Assim sendo, não há óbice à tramitação do projeto de lei em análise nesta Casa.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.865/2009 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente e relator - Sebastião Costa - Rosângela Reis - Ademir Lucas.

Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei Nº 3.368/2009

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Relatório

De autoria do Deputado João Leite, o projeto de lei em epígrafe "dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação nos postos de gasolina de cartaz com informação do percentual de diferença entre os preços da gasolina e do álcool".

A matéria foi aprovada no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e retorna a esta Comissão para receber parecer no 2º turno, nos termos do art. 189 do Regimento Interno, cabendo-nos, ainda, elaborar a redação do vencido, que segue anexa e integra este parecer.

Fundamentação

A proposta em análise tem o objetivo de obrigar os proprietários de postos de combustíveis a afixar, nos estabelecimentos, cartazes informando a diferença percentual entre os preços da gasolina e do álcool.

Conforme enfatizado na justificação do projeto, a providência objetiva facilitar a vida dos proprietários de veículo flex, cujo motor funciona com gasolina, com álcool ou com a combinação de ambos.

A medida está em plena consonância com os preceitos constantes na Lei nº 8.078, de 11/9/90, que contém o Código de Proteção e Defesa do Consumidor. Ao instituir a Política Nacional de Relações de Consumo, esse diploma legal deixa claro que seu objetivo consiste no atendimento das necessidades dos consumidores, no respeito a sua dignidade, saúde e segurança, na proteção de seus interesses econômicos, na melhoria da sua qualidade de vida bem como na transparência e na harmonia das relações de consumo.

Tornou-se do conhecimento de todos os proprietários de veículos flex que a vantagem econômica na aquisição do álcool como combustível somente se opera quando o seu preço é 70% inferior ao da gasolina, conforme o parecer exarado quando do trâmite da proposição nesta Comissão, no 1º turno. A colocação de cartazes, nos postos de combustíveis, com a indicação desse percentual certamente facilitará sobremaneira a vida do consumidor, o que se mostra compatível com a proteção dos seus interesses econômicos.

O Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição de Justiça, melhor racionaliza a proposta, ao inserir emenda à Lei nº 14.066, de 22/11/2001, que dispõe sobre matéria de conteúdo similar.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.368/2009 na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 2009.

Adalclever Lopes, Presidente - Délio Malheiros, relator - Leonardo Moreira.

PROJETO DE LEI Nº 3.368/2009

(Redação do Vencido)

Altera a Lei nº 14.066, de 22 de novembro de 2001, que dispõe sobre a proteção dos consumidores de combustíveis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica acrescido à Lei nº 14.066, de 22 de novembro de 2001, o seguinte art. 1º-A:

"Art. 1º-A - O proprietário de posto revendedor de combustíveis fica obrigado a exibir, em local visível, para informação do consumidor, o valor da diferença percentual entre os preços dos litros de gasolina e de álcool.

Parágrafo único - O descumprimento do disposto no "caput" deste artigo sujeita o infrator à sanção prevista no art. 57 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 3/11/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Doutor Rinaldo

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 31/10/09, que nomeou Geraldo dos Santos para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

nomeando Quirino Gerônimo dos Santos para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.

Gabinete do Deputado Gilberto Abramo

nomeando Leozina Alves Ferreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2009

Objeto: aquisição de coletor de dados. Pregoeiro vencedor: Compex Tecnologia Ltda.

Belo Horizonte, 3 de novembro de 2009.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2009

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 17/11/2009, às 14h15min, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço por lote, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de material de escritório.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário de 8h30min a 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,05 (cinco centavos) por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar mídia própria.

Belo Horizonte, 3 de novembro de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE CONTRATO DE DOAÇÃO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação dos Moradores do Bairro São João Batista - Turmalina.
Objeto: doação de bem móvel inservível. Licitação: dispensa nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.